A black and white close-up portrait of a man with a beard and glasses, looking directly at the camera. The image is framed by a bright green border.

**POR QUE  
THEODOMIRO  
FUGIU**

*Passado &  
Presente* 16

**Fernando  
Escariz**

Global editora



**Passado & Presente** 16

**Gerardo Escariz**  
Global editora  
**PATRICE B. WORMS**

PORQUE  
THEODOMIRO  
FUGIU

*Fernando Escariz*

1980



COPYRIGHT © 1980  
Fernando Escariz

Revisão: Dina de Deus  
Capa: Carlos Clémen  
Composição, Montagem e Fitolito:  
EQUIPE GLOBAL: Geraldina Iser, Marcos Duarte e Carlos Couto

N.º de Catálogo — 1186

Direitos Reservados por



**global editora e distribuidora ltda.**

R. José Antonio Coelho, 814 · Cep 04011 · Fone: 549-3137  
Caixa Postal 45329 · 01000 · V. Mariana · São Paulo · S.P.

---

Impresso na Editora Parma  
Rua da Várzea, 394 — São Paulo

---

*Aos brasileiros que foram  
presos,  
torturados,  
seviçados  
e mortos  
nos cárceres dos órgãos  
de Segurança e de Informação.*

## O AUTOR

*Fernando Escariz nasceu em Salvador, Bahia. Tem 27 anos. É repórter há mais de cinco anos da sucursal de Salvador de "O Estado de S. Paulo", como também correspondente do "Jornal da Tarde". Trabalha no jornalismo desde 1968, ano em que passou a integrar a equipe do semanário baiano "Esporte Jornal", de 1970 a 1974, foi repórter, sub-editor, editor, secretário de redação e programador visual da "Tribuna da Bahia". De 1975 a meados deste ano, escreveu para revistas da Editora Abril. Também colaborou com várias publicações, inclusive com a revista "Viver-Bahia", responsável pela promoção do turismo baiano.*

*Fora do jornalismo, é estudante do curso de Direito da Universidade Federal da Bahia.*

## APRESENTAÇÃO

### THEODOMIRO: A VERDADE SOB O MITO

*Por que, nas vésperas da Anistia, um preso político se arrisca a fugir da cadeia? É um preso que teria direito a liberdade condicional? Preso com mais da metade da pena, com decisão unânime do Conselho Penitenciário em favor da liberdade condicional, com depoimentos a seu favor que incluíam, dentre outros, os do Cardeal da Bahia, de diretores (atual e antigo) da Penitenciária em que cumpria pena; de diretor de seu colégio secundarista etc... A resposta é simples e absurda: porque a Anistia não o alcançaria, porque com todo o direito a liberdade condicional dificilmente a obteria; porque sua integridade continuava ameaçada na cadeia e havia ameaças de que quando dela saísse seria morto.*

*É uma resposta inicial à interrogação ao caso de Theodomiro Romeiro dos Santos que desempenha um papel chave na compreensão e no debate sobre a Anistia. Do lado dos que lutam contra a repressão política e pela Anistia no Brasil, Theodomiro, primeiro condenado à pena de morte na história republicana e com pouco mais de 18 anos, foi um símbolo — reproduzido, inclusive, em cartazes da Anistia Internacional espalhados em toda a Europa — da luta pela libertação dos presos políticos. Com sua fuga, às vésperas da Anistia, encarnou-se como símbolo da limitação da Anistia Restrita e Condicionada*

do Governo. Símbolo que livreto de cordel vendido nas ruas de Salvador procurava expressar popularmente — “a história de Theodomiro, o que fugiu com medo da anistia de Figueiredo”. Do lado dos que comandaram a repressão política e se opõem à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, Theodomiro é apresentado como o “terrorista”, o “sádico” que matou o sargento da Aeronáutica à traição: um dos exemplos pelos quais a Anistia não pode ser total. A versão divulgada pelos órgãos repressivos esquece muita coisa: que Theodomiro não foi condenado por “terrorismo”, conceito que significa a violência praticada indiscriminadamente contra a população civil com o objetivo de aterrorizá-la; que foi preso por indivíduos dirigindo carro com chapa “fria” e vestidos à paisana; que foi preso em época na qual muitos dos militantes oposicionistas, especialmente os de organizações clandestinas, foram mortos após a prisão e quase todos torturados; que foi espancado e torturado durante dias; que foi julgado por oficiais escolhidos pelo Ministro da arma do sargento morto; que durante anos Theodomiro recebeu em seu aniversário ameaças e notícias ameaçadoras das quais talvez a mais cruel foi a informação de que Getúlio, o amigo que escapara quando da sua prisão, mais Lourdes Maria Pontes, a esposa de Paulo Pontes, companheiro de vida clandestina e prisão, Fernando Augusto, a quem recentemente homenageou com o nome do seu segundo filho, e mais três companheiros, tinham sido colocados em um carro e explodidos a granadas na rua Welder Xavier de Lima — nome do sargento por ele morto. A imagem divulgada omite muitas coisas — as características humanas e a história do jovem que preso com 18 anos, “pagou” em 9 anos de prisão, os nove meses de clandestinidade e a luta armada à qual parte da oposição optou em dramático momento da história brasileira.

Mas, o mito que as autoridades e a grande imprensa não admitiam enfrentar, produziu efeitos. O andamento do seu processo após a nova lei de segurança nacional é um exemplo: o promotor manifestou-se a favor da unificação das penas e quando o juiz-auditor a concede, recorre da

*decisão: o juiz-auditor anuncia que pela lei ele já estava na rua, mas dá parecer contra a liberdade condicional pretendendo dividir a responsabilidade com os Ministros do Superior Tribunal Militar: os ministros do STM reconhecem a unificação das penas, mas há quem lamente não encontrar na lei modo de lhe dar pena maior: consta que o governador da Bahia confidenciara a reporter que se o preso conseguisse a condicional seria morto, o que é corroborado pela sua declaração pública — ao saber, prematuramente aliás, que Theodomiro estava em segurança no exterior — de que está “aliviado”.*

*Um personagem chave, uma história símbolo que a opinião precisava, e com o crescimento da luta pela Anistia e a sua fuga espetacular, desejava conhecer. Reconstituir parte desta história é a contribuição que Fernando Escariz traz à história brasileira e à luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Escariz é repórter e este livro nasce de uma reportagem não publicada. É a resposta de um repórter que assim realiza a sua vocação. A vocação de levantar os fatos e de, tendo levantado, expô-los. Escariz levantou os fatos, encontrou um adolescente tornado adulto na prisão: o desencadear de uma explosão de violência e irracionalidade inclusive de oficiais contra um rapaz que podia ser filho de muitos deles, tanto mais quanto Theodomiro é órfão de um capitão do Exército; um julgamento não apenas político, mas onde os juízes não escondiam sua predisposição contra o réu: identificou a montagem do mito do “terrorista” no seu momento inicial quando uma parte teve forças suficientes para reunir todos os dirigentes dos órgãos de comunicação e garantir que só uma versão — a versão sobre a qual se construía o mito do “desalmado terrorista” — chegaria à opinião pública. O repórter tendo quebrado a casca do mito e descoberto um pedaço da brutal e humana história recente não pôde publicá-la. O jornal corta “553 linhas do texto”. Quem descobre uma verdade torna-se prisioneiro da verdade que descobriu. Se apenas a verdade liberta, uma verdade presa dentro de nós, deve ser libertada. A*

*verdade lançada sobre o mito rebenta para todos que a conhecerem a imagem do Theodomiro "terrorista", "sádico". Para todos que lerem o livro fará aparecer ainda incompleta mas humana, a face de Theodomiro. Mas não apenas de Theodomiro. A imagem do repórter também aparece. E se ele fornece seus dados biográficos, a imagem que aparece não é a que, com humildade ele apresenta. Fica claro que ele não é dos que ele não é dos que aceitam passivamente o "pouco que lhes é oferecido pelos que se banqueteam no poder" e, se sua convicção não amadureceu na clandestinidade, na tortura e na prisão, o livro prova que possui a convicção e a coragem da resistência, obtida no dia da luta para encontrar o que considera a verdade dos fatos e poder revelá-la ainda que, tal não seja o enfoque ou o interesse do patrão. Seu livro é assim um monumento à dignidade do jornalismo e um atestado da sua dignidade pessoal.*

*É também e na própria declaração do autor — um posicionamento contra a mordaca e a Inquisição, antiga e atual. A Igreja da qual participamos, foi solidariamente responsável com o Estado da época pela Inquisição medieval e, a partir inclusive dessa experiência e da história, aprendeu que por mais errônea que nos pareçam determinadas idéias, por mais perniciosas que nos pareça a difusão de certas idéias no meio do povo, a força e a violência contra os seus portadores não é o melhor modo de combatê-las. Idéias só podem ser vencidas no debate por idéias mais adequadas à tarefa humana de compreender e dominar a natureza. Esta lição — e a Igreja Católica que se considera detentora da fé verdadeira defende hoje a liberdade religiosa — não foi aprendida por muitos movimentos e governos nos últimos séculos. A Inquisição denunciada por Escariz, a violenta repressão desencadeada nos últimos quinze anos, é moralmente muito mais injustificável. Porque em grande parte clandestina e não assumida, porque os torturadores negam a tortura e se escondem sob capuzes — têm consciência da reprovação social, têm consciência e procuram esconder o seu crime.*

*Para muitos fatos iluminá-los é julgá-los. Este livro ilumina o caso Theodomiro e dá aos leitores condições de julgá-lo.*

*Joviniano Neto (\*)*

*Presidente do Comitê Brasileiro  
pela Anistia — Núcleo da Bahia*

(\*) Joviniano Neto é professor de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia.

## NOTA DO AUTOR

*Publicar a entrevista exclusiva de Théo ainda na prisão, era um desafio. Um total de 553 linhas rejeitadas pela grande imprensa — talvez devido ao tema um tanto proibido mesmo nestes tempos de “abertura” — não poderia acabar numa cesta de lixo ou esquecido num canto qualquer, principalmente pela lição que o seu teor representa. Lição de consciência plena e de responsabilidade diante da vida, de forte idealismo, de coragem e de destemor raros nos dias atuais.*

*Pelo menos, foi o que colhi no demorado encontro com Théo. Uma verdadeira lição, ou melhor, um tapa na cara de quantos — como eu — aceitam pacificamente o pouco (ou quase nada) que lhes é oferecido por aqueles que se banqueteiam no (e do) poder.*

*A lição acabou complementada com a sua fuga da Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, e o seu aparecimento na Nunciatura Apostólica, em Brasília, pedindo abrigo político, enquanto todos acreditavam — alguns até juravam — que já estivesse na Europa. A confecção deste livro, então, foi imediatamente brecada, passando por drásticas transformações diante, principalmente, da importância da íntegra — ainda inédita — do depoimento de Théo na clandestinidade, antes de apresentar-se na Nunciatura. Atualizado, amadurecido e sem as utopias do passado, esse depoimento nos traz uma visão muito realista de tudo que está em nossa volta e das possibilidades de luta.*

*Mesmo tendo a mesma idade de Théo, 27 anos, confesso não ter (ainda) a sua convicção e o seu posiciona-*

*mento político, o seu forte comprometimento com a vida. Talvez, pelo fato de pertencer a uma geração culturalmente castrada e amordaçada ao longo dos últimos 15 anos. Situação que repetiu em pleno século XX o terrorismo intelectual posto em prática pela Santa Inquisição na Idade Média. Tudo era verdade revelada, estava escrito na Bíblia. A natureza era sagrada como sagrado — e intocável — foi o regime militar e a ditadura nos últimos 15 anos. As posições contrárias ou novas foram simplesmente esmagadas e seus lançadores ou defensores perseguidos, presos, torturados e mortos, como também o foram os pensadores e sábios — atirados à fogueira — na Idade Média. As grandes obras, proibidas para todos, eram lidas e estudadas nos conventos da Igreja, como tudo que foi interceptado, censurado e mantido à distância da maioria dos brasileiros a partir de 1964, circulava livremente — desde as mordomias aos filmes e livros proibidos — nas residências ministeriais ou de altos funcionários governamentais em Brasília.*

*A condenação de Theodomiro Romeiro dos Santos à pena de morte em 1971, aliás, repetiu na Bahia uma cena não tão antiga, mas datada de 1817, quando o Padre Miguelinho foi condenado à morte por lutar bravamente em busca de liberdade para o Brasil.*

*Por tudo isso, essa entrevista de Théo — a última na prisão — e o depoimento na clandestinidade representam uma lição para nós que, acomodados ou indiferentes aos problemas, andamos dopados pelo futebol, pelo carnaval ou pela cachaça sagrada que todo fim-de-semana engolimos no boteco da esquina.*

*Fernando Escariz*

## MANIFESTO À NAÇÃO

*NOVEMBRO DE 1979*

“A minha fuga da prisão e pedido de asilo são parte integrante da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela derrubada da ditadura militar. Com este gesto pretendo denunciar o caráter restritivo do projeto de anistia aprovado pelo Congresso, e o regime, que continua oprimindo o povo brasileiro.

Enquanto propaganda sua anistia, o regime militar mantém na prisão e no exílio militantes da causa popular. Enquanto fala de abertura, a ditadura continua perseguindo, prendendo e matando trabalhadores que lutam por reivindicações mais elementares.

Diante do agravamento da situação econômica do país e do crescente protesto popular, a ditadura busca reformar-se para continuar recebendo o apoio das classes dominantes. Para fugir à sua imagem desgastada da época das torturas, sequestros e assassinatos clandestinos, modifica seu estilo repressivo. Seus porta-vozes apregoam a “volta ao império da lei”. Mas como não pode fugir ao seu caráter antipopular e autoritário, o bloco ditatorial faz aprovar uma lei de segurança que impede a livre organização política e sindical para o povo, institucionaliza a repressão e ameaça jogar nas prisões os anistiados de hoje. Para assegurar a aplicação de sua lei, conserva intacto todo o aparelho repressivo (SNI, Cenimar, Doi-Codi, Dops, etc.) e mantém impunes os policiais e militares que torturaram, mutilaram e assassinaram centenas de presos políticos. Esses órgãos de repressão continuam espionando, perseguindo, prendendo e matando líderes sindicais e traba-

lhadores que se levantam em defesa de suas reivindicações. (Dados publicados pelo Jornal "A República" revelam que, em 1979, "ano da abertura", houve mais mortes e prisões do que nos dois anos anteriores).

A minha saída para o exterior, na qualidade de exilado político, é portanto apenas um dado a mais para o desmascaramento do conteúdo da abertura e da anistia do governo.

A continuidade da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita coloca como tarefa imediata a libertação de todos os presos políticos e a volta do último exilado. Mas a palavra de ordem da anistia não se esgota por aí. Ela sintetiza a luta contra todo o tipo de repressão imposta ao conjunto do movimento popular: pelo fim da Lei de Segurança Nacional, que é a base do pensamento político do regime, sua verdadeira Carta Magna; pelo desmantelamento de todo o aparelho repressivo, que continua golpeando e sufocando as forças populares; pela punição dos torturadores e assassinos, responsáveis por todo esse massacre sistemático que acompanhou a trajetória do regime militar, fazendo deste modo com que a anistia se estenda, enfim, aos violentados, desaparecidos e mutilados.

Nesse sentido, a luta pela anistia é, antes de tudo, uma luta contra a repressão, e que se dirige contra o passado, o presente e o futuro do regime ditatorial. Em última instância, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita é inseparável da luta pela derrubada da ditadura.

O caráter político da minha atitude me leva também a denunciar o mais recente elemento da readequação da ditadura. Para enfrentar a crise do regime militar, o governo pretende construir um novo sistema partidário que discipline melhor as contradições interburguesas, defenda os interesses das classes dominantes e, ao mesmo tempo, impeça o povo de se organizar politicamente. A

nível mais imediato, este projeto procura vetar a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Popular (PP) como instrumento de luta do movimento operário e popular. E, a nível mais geral, manter na clandestinidade as organizações revolucionárias que lutam pela derrubada da ditadura e pelo socialismo. É urgente colocar na ordem do dia a luta pela liberdade de organização política e sindical para o povo a fim de prosseguir as tarefas de recomposição do movimento operário e popular. Desse modo, o esforço pela organização do PT e do PP é uma das formas de começar a romper os marcos impostos pela ditadura, fazendo avançar a consciência e organização dos trabalhadores e a construção dos seus instrumentos de luta. As resoluções tiradas no encontro do PT são uma primeira resposta política ao projeto governamental.

No momento em que encaminho meu pedido de asilo, faço-o com a convicção de que contribuo para a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e pelo fim do regime militar. Reafirmo ainda os meus compromissos com a luta do povo, entendendo que o combate pela derrubada da ditadura está diretamente ligado à proposta de um poder alternativo, um poder popular. É que esta luta deve ser levada desde hoje dentro da perspectiva de construir o poder popular pela base. Esse poder popular deverá construir um governo popular revolucionário que, tendo a classe operária como sua força motriz, materialize as primeiras tarefas de libertação política, econômica e social do povo brasileiro em direção ao socialismo.

Brasília, 30 de outubro de 1979.

Theodomiro Romeiro dos Santos”

(\*) Esta carta foi escrita minutos antes de Théo ingressar na Nunciatura Apostólica.

## DA PRISÃO À NUNCIATURA

### OUTUBRO DE 1979

Precisamente às 14,30 horas da tarde ensolarada de terça-feira, 30 de outubro, um homem alto, cabelos ligeiramente compridos, bem barbeado, bigode grosso e óculos modernos, vestindo paletó e gravata, com o sinal característico — uma cruz — que os padres usam na lapela, penetrou no salão da Nunciatura Apostólica, em Brasília, manifestando à irmã Zélia, a secretária, o desejo de falar com o Núncio, D. Carmine Rocco. Seu nome: Theodomiro Romeiro dos Santos.

A chegada à Nunciatura Apostólica para pedir abrigo e negociar o asilo político para outro país, era a saída — pela segunda vez — da clandestinidade. Na primeira, também em outubro, mas em 1970, Theodomiro saiu da clandestinidade ao ser sequestrado — sem qualquer mandado de prisão ou ordem judicial — em plena rua por quatro homens que não conhecia e que não se identificaram. Ao reagir, acabou espancado, torturado e condenado à morte.

A redução de sua pena de morte para prisão perpétua, 30 anos de reclusão e, finalmente, 8 anos, totalizando 16 anos, seis meses e 25 dias com a soma de duas outras penas — assalto a banco e tentativa de organização de partido extinto —, levaram Theodomiro a quase nove anos dentro da Penitenciária Lemos Brito, no bairro de Mata Escura, na periferia de Salvador.

Um dia, porém, exatamente 17 de agosto de 1979, negado o direito que tinha, por lei, à liberdade condicio-

nal, não incluído no projeto de anistia do governo e consciente de que não deveria aceitar o indulto presidencial, decidiu reconquistar por iniciativa própria a sua liberdade. Até porque as ameaças de "execução" continuavam sendo um fato concreto, inquietador até para o juiz-auditor da 6a. CJM, Arnaldo Ferreira Lima, e para o Governador Antonio Carlos Magalhães.

Simplemente, fugiu.

Foram pouco mais de 70 dias de reencontro com os cuidados e os perigos da clandestinidade. Primeiro, alguns dias num bairro pobre de Salvador, enquanto os órgãos de segurança e de informação do governo se mantinham tão confusos quanto a imprensa em torno do seu destino. Através de uma foto, uma recepcionista e um agente de segurança do Aeroporto Dois de Julho, identificaram Theodomiro como sendo o passageiro que embarcou para Lisboa. Houve quem jurasse tê-lo visto na Europa. Théo, numa casa de poucos quartos, telhas aparentes, acompanhava tudo pelos jornais, pelo rádio e pela televisão.

A necessidade de sair dali coincidiu com a certeza absoluta de autoridades e jornalistas de que, realmente, estava na Europa. A Br-116 levou Theodomiro até o sudoeste baiano. Depois, a desviada de rota até uma região do rio São Francisco, onde foi iniciada a viagem até o interior de São Paulo.

Na manhã do dia 30, uma calma segunda-feira, a edição de "O Estado de S. Paulo", contrariando tudo que havia se divulgado até então sobre o paradeiro do ex-preso político, trazia uma verdadeira "bomba": Theodomiro está em São Paulo. Mas Theodomiro já estava em Brasília, onde precisamente às 11 horas, num ponto previamente determinado, encontrou os parlamentares oposicionistas Francisco Pinto (Bahia) e Aírton Soares (São Paulo), acertando os detalhes finais e seguindo depois para a Nunciatura Apostólica.

Estava concluído um plano que começou a ser executado quatro dias depois da fuga de Theodomiro da Penitenciária Lemos Brito, a partir de um contato inicial, por telefone, com Francisco Pinto. A operação ocupou também o *deputado federal* opositorista Freitas Nobre, que fez os contatos com as embaixadas da Venezuela, México e Estados Unidos, negociando um asilo político para um preso que estava ameaçado de morte, cujo nome não foi revelado. Os embaixadores exigiram documentações, provando que o candidato ao asilo era, realmente, preso político, e estava sob risco de vida. Documentos e recortes de jornais foram juntados rapidamente e, em dois dias, tudo estava pronto. Mas veio uma contra-ordem do comando da operação, que, de saída, já afastara a hipótese da embaixada dos Estados Unidos. A entrega dessa documentação às embaixadas da Venezuela ou México, porém, trazia sérios riscos que, naquele momento, não podiam ser assumidos por Theodomiro.

Pouco menos de um mês antes da sua apresentação definitiva em busca de "abrigo", a ida para a Nunciatura Apostólica começou a ser estudada. Foi marcado um encontro no final da zona norte de Brasília, através de um contato telefônico. Theodomiro apareceria pessoalmente para acertar os detalhes com Francisco Pinto. O horário marcado era 11 horas. Pinto esperou até às 15 horas mas Theodomiro não apareceu.

Os contatos telefônicos foram bruscamente interrompidos, sem explicações. Negociações suspensas. Exatamente 10 dias antes da apresentação na Nunciatura, os contatos foram reiniciados com as devidas explicações de que a operação anterior, por questão de segurança, fora cancelada pelo comando. Acertados os detalhes, seguidas as orientações, Theodomiro chegou à Nunciatura.

A operação, porém, entraria agora na sua fase decisiva. Garantir a permanência de Theodomiro na Nunciatura Apostólica. Após os embaraços da irmã Zélia, uma reação dura, mas já esperada: um padre, negando-se a

acordar o Núncio e recusando-se a abrigar o ex-presopolítico, bradou: "Vou tirar ele agora". Os dois parlamentares reagiram. O clima ficou ainda mais difícil. D. Carmine Rocco teve a sua sesta vespertina finalmente interrompida. A situação continuou tensa. O Núncio conversou separadamente com os deputados e ratificou as palavras do padre quanto à negativa da permanência de Theodomiro. Os parlamentares ameaçaram, prometeram fazer denúncias. A posição do Núncio se manteve até que a saída estratégica de um dos parlamentares "para botar gasolina no carro porque o tanque estava vazando" trouxe à Nunciatura um batalhão de jornalistas. D. Carmine Rocco então, recuou, embora revelasse aos jornalistas nítida exasperação, resmungando de que Theodomiro "deveria ter procurado uma outra embaixada, do México ou da Venezuela".

Em meio à confusão, alguns jornalistas chegaram a improvisar uma entrevista coletiva com Theodomiro, interrompida, porém, por um dos diplomatas aos gritos de "fora", "fora", dando assim início a um período de incomunicabilidade absoluta para o ex-presopolítico.

No dia anterior (29 de outubro), porém, Theodomiro havia entregue a dois jornalistas de "O Estado de S. Paulo", uma fita de marca "TDK" com a gravação de um longo depoimento que deveria ser publicado na íntegra. Como essa promessa não foi cumprida, a íntegra do seu depoimento acabou tornando-se uma exclusividade que publicamos a seguir, a pedido do próprio Theodomiro, que nos enviou uma cópia pelo Correio. É a sua última entrevista na clandestinidade.

*"Não considero correto dar os dados como a roupa que vestia e a hora e data da fuga para não comprometer o esquema de segurança montado. Quero deixar bem claro, também, que os companheiros Haroldo e Paulino nada sabiam da minha intenção de fugir do presídio. Quanto às várias versões que circularam como a de que teria pegado o avião da Tap, ou estaria no Panamá, Paris ou Londres,*

*atribuo à própria confusão que há no seio da repressão e às especulações que se fazem em um caso como esse. Na realidade acompanhei todos os boatos instalado em um bairro popular de Salvador onde fiquei durante 10 dias. Nos 20 dias seguintes viajei pelo país, vi muita miséria, discuti com muita gente do povo e senti o ódio e a disposição de luta contra a ditadura. A partir daí, me encontro em São Paulo buscando acompanhar de perto os acontecimentos políticos e tentando me readaptar às condições da clandestinidade.*

*Quanto às perguntas relativas às condições de minha prisão e experiência de vida na cadeia, seria longo e repetitivo narrá-las já que inúmeras entrevistas foram feitas a este respeito. No entanto considero importante destacar algumas questões. Em primeiro lugar quero denunciar as torturas a que, junto com outros companheiros, fui submetido bem como denunciar os responsáveis diretos por essas atrocidades. Os métodos utilizados foram os mesmos de sempre: espancamento, pau-de-arara, choque elétrico e ameaças permanentes de morte e mutilações. Fomos torturados na Polícia Federal e no Forte do Barbalho, sob o comando do coronel Luiz Artur de Carvalho. Participaram dessas sessões: o capitão Hemetério Chaves Filho, comandante da PE, os agentes Hamilton Nonato e José Felipe Filho, da Polícia Federal; os tenentes Trindade Botelho, da PE; o cabo Dalmar Caribé, da 4a. Cia de Guardas (Exército); o sargento Mário, da PE; e outros de quem não recordo os nomes.*

*A experiência desses nove anos de cadeia me permitem ressaltar o companheirismo e o aprendizado da luta comum contra as arbitrariedades da repressão. O estudo da realidade brasileira e dos clássicos do marxismo me deram o instrumental que utilizarei na luta contra a ditadura e pelo socialismo. Destaco também a solidariedade nacional e internacional que se manifestaram através dos comitês de apoio aos presos políticos, constituídos no exterior, e sobretudo do CBA e MFPA (movimento*

feminino). No último período, o movimento pela anistia conduzido pelos CBAs alcançou um nível bastante elevado que nos permite prever o seu desdobramento até a vitória final.

Quanto à situação política nacional caracterizo dois aspectos fundamentais: a tentativa de readequação da ditadura militar para enfrentar a crise que atravessa e o avanço do movimento operário e popular que busca novas formas de luta e organização. Para enfrentar as crises econômicas e as contradições políticas que envolvem hoje as classes dominantes, o bloco ditatorial não pode mais se apoiar apenas no partido militar e na repressão. Nesse sentido, passa a dar uma maior ênfase à montagem de uma estrutura política para canalizar os conflitos interburgueses e neutralizar o avanço do movimento de massas. É nesse quadro que se coloca a atual reforma partidária elitista e anti-popular. Do ponto de vista da luta do povo, é importante destacar as mobilizações operárias, a resistência dos assalariados, agrícolas e camponeses e a movimentação das camadas médias urbanas e dos estudantes, bem como a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Hoje a luta do povo se dirige à busca da unidade do movimento pela base e na sua articulação a nível nacional. Para isso começa a colocar como centro a luta pela liberdade política e sindical para o povo. A nível sindical, assistimos o combate pela sua autonomia em relação ao Ministério do Trabalho, a constituição de núcleos operários nas empresas para realizar a democracia operária e a luta contra o sindicalismo de direita defendido pelos pelegos. Neste quadro, já está sendo colocada a necessidade da Central Única dos Trabalhadores, ao lado do desenvolvimento das lutas pelo direito de greve, derrubada do arrocho salarial, etc...

No terreno da liberdade de organização política para o povo, está na ordem do dia o combate ao projeto elitista e anti-popular da reforma partidária do governo. As forças mais avançadas do movimento popular respondem a este projeto com a proposta de constituição do Partido dos

*Trabalhadores e Partido Popular. A mais longo prazo, diante da perspectiva de derrubada da ditadura militar, se colocará a luta pela legalização das organizações revolucionárias, hoje submetidas à clandestinidade.*

*Quanto à sua pergunta sobre a constituição do Partido dos Trabalhadores e do Partido Popular, é necessário precisar três coisas: que a sua constituição não tenha como centro uma ótica institucional mas que seja um movimento fundamentalmente de base, apoiado nos setores mais combativos da classe operária englobando também os camponeses, núcleos que coordenem os movimentos de bairros populares, incluindo também estudantes, profissionais liberais, movimento das mulheres e demais setores da pequena burguesia comprometidos com a luta pela derrubada da ditadura.*

*A segunda questão é a necessidade de uma ampla discussão política sobre o programa, visando constituir não só as bandeiras de lutas a serem travadas na conjuntura, mas, também, o estabelecimento de uma alternativa de poder popular, que deverá substituir o regime militar.*

*Em terceiro lugar, embora considere que o processo de constituição do Partido dos Trabalhadores se apresenta hoje, pela sua composição e pela sua dinâmica de articulação que se apreendem das resoluções do seu primeiro encontro, mais avançado do que o processo de construção do Partido Popular, é necessário não se descartar a possibilidade de também se trabalhar para a criação do Partido Popular. Digo isso porque em alguns estados, como, por exemplo, Pernambuco, pelo menos neste momento inicial, é possível que este último tenha mais condições de se afirmar como partido de massas. Seria muito bom que o movimento de articulações desses dois partidos desembocasse em um processo de fusão que possibilitaria ao movimento operário e popular, se armar de um instrumento mais poderoso. Para finalizar, embora a luta pela construção do Partido dos Trabalhadores e*

*Partido Popular deva ser travada, nada garante que a ditadura aceitará que esses partidos venham a se constituir.*

*Para responder a essa pergunta sobre a luta pela Constituinte é necessário que eu faça algumas considerações. Para os setores da oposição que lutam pela substituição da ditadura militar por um governo democrático-burguês, a atual reforma partidária do governo pretende ser utilizada para, no caso de uma crise aberta, constituir um amplo sistema partidário que possibilite às classes dominantes a alternativa de alterar sua forma de dominação. Nesse sentido, a Constituinte se coloca como um instrumento de legitimação do poder burguês na medida em que já estará criado todo um amplo sistema de diretórios desses partidos em plano nacional no sentido de assegurar um controle do processo eleitoral. Esse é o elemento que tem que ser levado em conta pelas forças políticas de esquerda que, defendendo a derrubada da ditadura, propõem como alternativa a esta a convocação da Assembléia Constituinte. A meu ver, utilizar a Constituinte como palavra de ordem a nível de propaganda representa um sério erro, pois se estaria abdicando de colocar em seu lugar uma plataforma de governo que responda às aspirações das massas trabalhadoras, apontando o caminho do poder popular. Para os que colocam a Constituinte como uma palavra de ordem de mobilização imediata, a questão é mais grave, pois terminam caindo na formulação de Constituinte com João. No meu entender, a nível de conjuntura, a palavra de ordem de mobilização deve ser: liberdade de organização política e sindical para o povo.*

*Sobre a situação das organizações que hoje estão submetidas à clandestinidade e de sua luta pela conquista da legalidade, levanto dois aspectos: o primeiro, é de que devem lutar pelo direito à sua legalidade pelo fato de exprimirem correntes de pensamentos representativas do movimento popular; o segundo, é de que considero que enquanto existir ditadura militar, a adoção de uma*

política que leve a forçar uma legalidade promovendo a realização de reuniões abertas, inclusive de congressos, representa uma profunda ilusão de classe, pois isto leva a abertura para repressão dos seus militantes e de sua estrutura orgânica. Isso daria à ditadura condições de dismantelar essas organizações no momento em que considerar necessário.

Quanto às suas perguntas sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário—PCBR—responderei apenas algumas delas. Nossa organização nasceu como necessidade de resposta à crise do reformismo. Iniciamos a nossa atividade dentro da visão de que era necessária a construção de um partido revolucionário que conduzisse a classe operária e o povo à sua libertação econômica, política e social. No entanto, uma política vanguardista nos levou a cometer erros importantes que atrasaram a consecução desses objetivos. Sofremos derrotas graves em consequência dessa política e do terrorismo da ditadura militar. Tivemos vários companheiros assassinados e entre eles podemos destacar em primeiro lugar a perda do companheiro Mário Alves, que jogou um papel decisivo na formação da nossa organização. Ao lado dele, foram também mortos, principalmente vítimas de torturas, os companheiros Odijas Carvalho, Ranúsio Rodrigues, Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, José Sílton Pinheiro, Waldir Sales Saboia, Lourdes Maria Wanderlei Pontes, Bartolomeu, Ezequias e outros que conheci apenas pelo nome de guerra. Hoje, à luz do aprofundamento autocrítico da nossa experiência passada, nos colocamos como uma organização comunista que, ao lado de outras organizações revolucionárias, luta pela construção da vanguarda do movimento operário e popular”.

## \*A CARTA DE HAROLDO

*AGOSTO DE 1979*

Salvador, Ala Política da Penitenciária Lemos Brito, 19 de agosto de 1979.

Ao Senador Teotônio Vilela, Presidente da Comissão Mista de Parlamentares para exame do projeto de anistia.

Aos Srs. Parlamentares.

Aos Movimentos de Anistia.

À Imprensa.

Ao povo em geral.

**VIVA A LIBERDADE!**

Levo ao conhecimento da Nação que o preso político Theodomiro Romeiro dos Santos, que cumpria pena nesta Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, empreendeu a busca de sua liberdade.

Theodomiro era um menino de 12 anos quando os generais derrubaram o governo constitucional do Brasil e monopolizaram todo o poder em 1964. Adolescente, aos 16

(\*) Esta carta comunicou a fuga de Théo da Lemos Brito.

anos, participou do movimento estudantil e popular de sentido democrático que se ascendeu em 1968 e trabalhou em comunidades de base da Igreja Católica. Com o incremento do fascismo que se seguiu à edição do Ato-5, tornou-se ardoroso integrante da grande e heróica resistência democrática e popular que se desenvolve desde então por todo o país. Aos 17 anos, para escapar à sanha do terrorismo oficial que assolou a Pátria, passou à vida clandestina. Em uma noite de outubro de 1970, com então 18 anos, é atacado por um grupo armado em uma rua de Salvador. Ninguém a ele se identificou. Ninguém lhe apresentou mandato de detenção. Nem mesmo voz de prisão lhe é dada. Era um sequestro, absolutamente ilegal e absurdo, como se tornara rotina nos negros tempos de Médiçi. Amordaçado e algemado foi jogado em um veículo que disparou atrás do seu compenheiro Getúlio Cabral. Defendendo-se como podia, atirou em um de seus sequestradores, que depois veio a falecer, ocasião em que se revelou tratar-se de um sargento da Aeronáutica. Getúlio consegue escapar. Dois anos depois, assassinado no Rio, teve sua morte anunciada pelo I Exército.

Pode-se imaginar como o jovem sequestrado foi recebido pelos torturadores do regime lotados na Bahia. Um tribunal especial foi montado após, para proceder ao julgamento do caso. Os jurados eram todos oficiais superiores da Aeronáutica, a corporação à qual pertencia o sargento morto, todos pessoalmente nomeados para tal tarefa pelo Ministro da Aeronáutica. Seria difícil serem acometidos de alguma crise de isenção.

O retrato da figura franzina de Theodomiro, imberbe no seu rosto de quase-criança, algemado com as mãos às costas, altivo, pleno de idealismo, ante um Conselho de Guerra que lhe mandava pôr termo à vida, por suposta ameaça à segurança nacional, é flagrante expressivo de um regime desvairado, registro pungente de um tempo de terror.

Pronunciado o veredicto — matar! — os protestos jorraram e um coro se levantou dentro e fora do país exigindo a vida de Theodomiro. Os generais recuaram. O Superior Tribunal Militar transformou a pena de morte em prisão perpétua e rebaixou-a depois para 30 anos. Com a emergência da nova Lei de Segurança Nacional a sua condenação é fixada em 16 anos e meio. Sendo menor de 21 anos quando foi preso, teria direito à liberdade condicional após 1/3 de pena cumprida, ou seja, após cinco anos e meio. Já tinha cumprido quase nove. Requeceu liberdade condicional. O juiz, pressionado, negou-lhe a condicional. Seus defensores recorreram ao Superior Tribunal Militar. As esperanças, que eram pequenas, reduziram-se quando na votação de outro recurso do Promotor da Bahia contra Theodomiro houve generais-juizes que se declararam pesarosos por não poderem votar a favor do recurso extemporâneo, contristados por não descobrirem na lei uma saída que permitisse uma maior penalização do acusado. Nem por decoro a passionalidade era escondida.

Nesse meio tempo chega ao Congresso o projeto de anistia do governo. Ao clamor popular que se ergueu em todo o país pela anistia ampla, geral e irrestrita a todas as vítimas dos atos e leis de exceção, o governo responde com um projeto que prevê anistia ampla, geral e irrestrita e prévia para os seus torturadores, e anistia parcial para as vítimas da exceção. Os seviciadores de milhares de brasileiros, os terroristas fanáticos e bárbaros que jogaram bombas de guerra contra estudantes indefesos da PUC de São Paulo, contra sedes de jornais independentes e organismos como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, os que raptaram e torturaram bispos, padres e freiras, os que assassinaram centenas de militantes anti-fascistas na "cadeira-do-dragão", "pau-de-arara", "geladeira", na pancada e no açoite, estes estariam anistiados. Theodomiro não, assim como todos os que pegaram em armas contra o governo despótico. Mas afinal, como pode condenar quem pegou em armas um regime

que se implantou pela força das armas e pela força das armas se mantém? Como pode falar em "segurança nacional" quem ao urdir o traiçoeiro golpe de abril de 1964 o fez em cumplicidade com potência estrangeira — os Estados Unidos — e de acordo com plano de desembarque de tropas dessa potência agressiva em terras brasileiras, caso houvesse resistência? Que nacionalismo de fato defendem esses que transformaram o nosso país no país das multinacionais, entregaram ao estrangeiro o controle dos ramos de produção fundamentais, as riquezas mineiras, a Petrobrás, a Amazônia? Que moral tem para se outorgar a função de tutor da Pátria quem depois de gerir os destinos do país como quis e bem entendeu por quase 15 anos levou-o à situação de descalabro econômico-financeiro, político e institucional em que hoje se encontra. Que credencial adquiriu quem lançou todo o pesado ônus de um desenvolvimento dependente e deformado por cima das classes trabalhadoras, aprofundando como nunca o fosso entre ricos e pobres? Que honorabilidade ostenta quem criou para si as mordomias e convive com os grandes e cíclicos escândalos econômicos? Que legitimidade, enfim, pode ter quem subtraiu do povo o direito ao voto livre, quem castrou partidos políticos, Legislativo e Judiciário?

Não! Em definitivo esse regime militar não tem origem nem folha de serviço que lhe creditem respeito público. Governa: é um fato, decorre da força: não é um direito, não decorre do consentimento popular. Não pode arvorar-se a discriminar quem merece e quem não merece anistia. Quem pode exercer esse juízo é o povo. E o povo vem clamando, ao seu modo, incansavelmente, há anos, como querendo "lançar um grito desumano para ver se é escutado", pela anistia ampla, geral e irrestrita. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, em meio às centenas ou aos milhares de atos que sobretudo agora se realizam, nem um só sequer é por anistia parcial, nem uma só voz conceituada se levanta para defender o projeto dos generais.

Entretanto, o direito da força ainda é a lei. E a força pressiona pela anistia parcial e discriminadora.

Theodomiro não quis mais ficar como um brinquedo ao sabor de juizes que não assinam uma liberdade condicional de pré-requisitos todos preenchidos; nem da intolerância de generais-juizes que lastimam não encontrar saída legal para prejudicar um preso; nem da vontade dos "duros", de quem se diz não estarem ainda preparados para "assimilar" a anistia ampla. Há menos de uma semana nasceu-lhe o segundo filho, tal qual o primeiro gerado na prisão. Deu-lhe o nome de um companheiro morto pela ditadura. E rompeu com o cativo. Que seja feliz, Théo. E que apareça breve, ou retorne breve, à nossa Pátria livre. Não há preço para a liberdade.

Levo ao conhecimento também de todos que ingresarei hoje na justa greve de fome que presos políticos do Brasil estão fazendo pela anistia ampla, geral e irrestrita e contra a anistia parcial do governo. Tomarei meu lugar na trincheira dessa luta logo após encaminhar esta carta aos seus destinatários, para que dela tome conhecimento o povo brasileiro.

**E VIVA A LIBERDADE**

**Haroldo Lima(\*)**

(\*) Haroldo Lima é engenheiro e membro do Comitê Central do PC do B.

## \*A CARTA DE THÉO

*JULHO DE 1979*

“Meu nome é Theodomiro Romeiro dos Santos e, atualmente, me encontro preso na Penitenciária Lemos Brito, cumprindo uma pena de 16 anos, 6 meses e 25 dias a que fui condenado por lutar contra a ditadura militar que se apossou do poder em abril de 1964.

Estando preso desde outubro de 1970, já tenho direito ao benefício da liberdade condicional. E foi baseado neste direito que os meus advogados entraram com o pedido de livramento junto à Auditoria da 6a. C.J.M.

Ultrapassados os trâmites iniciais, com informações favoráveis das repartições do presídio e parecer favorável, unânime, do Conselho Penitenciário, ficamos durante longo tempo à espera da decisão do Sr. Juiz Auditor da 6a. C.J.M, Dr. Arnaldo Ferreira Lima.

Nesse ínterim, em conversas com meus familiares e advogados, o Sr. Juiz Auditor (ao contrário do que declarou aos jornais - Jornal da Bahia de 20/06/79 pg. 4) confessou que estava sofrendo grandes pressões para negar o livramento condicional e que temia pela minha segurança. Mas que era uma pessoa independente e que despacharia favoravelmente o pedido porque eu havia preenchido os requisitos legais.

(\*) Com esta carta, Théo, ainda preso, contestou os motivos do juiz para pegar a sua liberdade condicional.

Para nossa grande surpresa, tomamos conhecimento da sentença emitida pelo Sr. Juiz Auditor, manifestando-se contrário à concessão do benefício. E, logo em seguida, das suas justificações pela imprensa.

Respondo, ponto por ponto, as razões arranjadas pelo Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Ferreira Lima para negar minha condicional.

Na sentença de 18/06/79, ele enumera três razões:

1- ".....dois corretivos disciplinares sofridos pelo requerente durante o período de cumprimento de sua pena. Tais faltas disciplinares logicamente comprometem sua alegada boa conduta. Trata-se de autos de delito político social, caracterizado pelo inconformismo ideológico, que levou às consequências últimas de matar um militar incumbido de zelas pela segurança do Estado, e que se traduz, em derradeira análise, como ato de terrorismo".

RESPOSTA: os dois corretivos disciplinares, na realidade, são duas greves de fome das quais participei: uma em 1974 e a outra em 1978. E, longe de caracterizarem delito político social motivado por inconformismo ideológico, caracterizam, muito mais, uma atitude extrema de desespero diante da violência contra nós exercida. A primeira greve foi feita para forçar o então Diretor, Dr. Osmundo Tosca, para que desse assistência médica a um companheiro que estava com grave problema de saúde. E a segunda, para quebrar o isolamento carcerário que já durava três anos e que estava levando à loucura os companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, presos em Recife.

Falscia outra vez a verdade, o Sr. Juiz Auditor, quando diz que foi este mesmo inconformismo ideológico que me levou a matar um agente do DOI-CODI. Na realidade—e isso consta do meu depoimento em juízo que S. Excia. por

obrigação, deveria conhecer — foi direito inalienável que toda pessoa tem de defender sua integridade física e sua vida que me fez reagir à prisão para tentar escapar às violentíssimas e brutais torturas a que são submetidos todos os opositores do regime.

Sequestrado em plena rua enquanto esperava um ônibus, por três indivíduos à paisana, que utilizavam um carro particular, e que não se identificaram, reagi — como qualquer pessoa reagiria — a um ato de violência e arbitrariedade.

2- “Sabido por todos que se avizinha a hora da anistia, todavia, é o próprio Governo Brasileiro..... que coloca fora da anistia, os delitos de sangue”.

RESPOSTA: Não foi requerida nenhuma anistia à Auditoria da 6a. CJM. Inusitadamente, o Dr. Arnaldo Ferreira Lima permite que injunções de ordem política interfiram numa decisão que, a rigor, deve se limitar estritamente aos requisitos exigidos pela legislação em vigor. S. Excia. comete o absurdo jurídico de abandonar o texto da lei para se ater a dados políticos conjunturais e declarações publicadas pelos jornais, do ex-governador do Piauí, Sr. Petrônio Portela.

Quanto ao alcance da anistia, engana-se, mais uma vez, S. Excia.: seus limites não serão definidos pela benevolência de quem quer que seja; mas pela capacidade de organização e reivindicação do povo. E este, através dos seus canais de expressão, defende uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

3- “Não pode o julgador olvidar a repercussão nacional deste caso.....”

RESPOSTA: A “repercussão nacional e internacional deste caso” — coisa completamente fora de meu controle — prova apenas o violento repúdio das forças democráticas nacionais e internacionais aos métodos terroristas de



repressão política que sempre foram utilizados pela ditadura.

Não se conformando com a publicação da sentença, o Exmo. Sr. Juiz Auditor continuou sua peroração pela imprensa.

E é na reportagem publicada pelo Jornal da Bahia (dia 29/06/79, pg. 4) que vamos encontrar, de forma clara e inequívoca, o motivo pelo qual foi negada minha liberdade condicional.

“...Ferreira Lima” reconheceu “que levou em conta o caráter político do processo...” ou seja, minha liberdade condicional foi negada, não porque eu não tenha preenchido os requisitos legais, mas porque, politicamente, resolveram que eu não deveria ser solto.

Fica, assim, cristalinamente demonstrado um ato de perseguição política.

O Exmo. Sr. Juiz Auditor declarou ainda, nesta mesma reportagem, que não poderia, sozinho, arcar com a responsabilidade de devolver o preso político baiano Theodomiro Romeiro dos Santos à sociedade...”.

A quem caberia, aqui na bahia, dividir com o Dr. Arnaldo Ferreira Lima, a responsabilidade da concessão de qualquer condicional? Ele próprio havia declarado que mesmo que ele não se submetesse às pressões que vinham sendo exercidas, o Promotor Kleber Coelho recorreria de uma decisão favorável.

Ora, o mínimo que se espera de um juiz, é independência e firmeza. E, se o Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Ferreira Lima, não se acha em condições de tomar decisões que são de sua única e exclusiva competência, melhor seria que despisse sua toga e procurasse um outro cargo que estivesse na medida da sua responsabilidade.

**Denuncio a todas as pessoas que lerem esta carta o processo de perseguição política e ameaças a que estou submetido e convoco a todos para lutar**

**CONTRA AS PERSEGUIÇÕES DA DITADURA  
POR UMA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA**

**Saudações democráticas.**

**Salvador, 21 de julho de 1979.**

**Theodomiro Romeiro dos Santos**

## PORQUE FUGIR?

A sua pena de morte, a primeira aplicada no Brasil com base na antiga Lei de Segurança Nacional, foi inicialmente — logo em 1971 — reduzida para prisão perpétua pelo Superior Tribunal Militar; depois para 30 anos pelo Supremo Tribunal Federal; e ultimamente para 8 anos de acordo com a nova LSN. Mas Theodomiro Romeiro dos Santos continuava cercado de ameaças de “execução”. Pelo menos, essa foi uma das justificativas utilizadas pelo juiz-auditor da 6a. Circunscrição Judiciária Militar, Arnaldo Ferreira Lima, para explicar aos advogados e à família do réu o seu despacho desfavorável no pedido de livramento condicional, preferindo transferir essa responsabilidade para o STM. O próprio governador Antonio Carlos Magalhães, antes da fuga de Theodomiro, confidenciou aos jornalistas que cobrem o Palácio que “muita gente ainda não esqueceu a morte do sargento; se Theodomiro sair agora, matam ele”. Depois da fuga, porém, declarou-se “aliviado”.

Tão logo tomou conhecimento da apresentação de Théo na Nunciatura Apostólica, no dia 30 de outubro, em Brasília, Magalhães, com forte dose de ironia, declarou: “espero que ele aproveite para rezar bastante”.

Esse clima foi o estopim. Ficar na prisão sob constante ameaça de “execução” — já que nem reivindicando a liberdade condicional com base na lei teve sucesso — ou fugir? Théo decidiu empreender “a busca de sua liberdade” como escreveu o seu companheiro de prisão Haroldo Lima na carta em que comunica a fuga. Foi a conquista da liberdade para cumprir o seu compromisso revolucionário, até porque não fora englobado no projeto de anistia do governo e já havia declarado abertamente que não aceitaria o indulto presidencial.

Fugir era, naquele momento, a única saída. Mesmo que os riscos fossem grandes, em virtude da impossibilidade de sair imediatamente do País. Assim, Théo não teve dúvidas em optar pela volta à clandestinidade até surgir uma saída, como o pedido de abrigo na Nunciatura Apostólica que acabou possibilitando a sua saída do País.

Théo se manifestara por diversas vezes favorável à anistia ampla, geral e irrestrita, “se ela viesse como uma forma de se restabelecer justiça para todos aqueles que lutaram contra o regime de exploração violentíssimo e de extrema repressão política, inaugurado em abril de 1964, contrariando desde o início os interesses mais gerais do povo brasileiro”. Lembrara que a anistia deveria vir para todos, “independente dos métodos que utilizaram para manifestar a sua posição”. Mas não foi incluído nela. Vozes do Planalto declararam inclusive que Théo era um dos motivos para que a anistia não fosse ampla, geral e irrestrita. Consciente da sua posição, idealista como poucos, não aceitaria também o indulto Presidencial — caso viesse depois da anistia — porque seria “um ato de clemência e de perdão, que implicava diretamente no reconhecimento do crime pelo réu” como explicou o advogado assistente Augusto Bonfim de Paula, garantindo que “Théo jamais se considerou um criminoso”.

Embora o clima realmente fosse o elemento deflagrador da fuga, explodindo um barril repleto de perseguições, tensões e até terror, Théo procurava manter-se sempre calmo. Da sua cela na ala de presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, mantinha-se atento a todos os acontecimentos e constantemente procurava interferir neles, como na carta que escreveu menos de um mês antes de fugir contestando os argumentos do parecer desfavorável do juiz-auditor no seu pedido de livramento condicional.

Na carta, distribuída pelas ruas de Salvador mas que não chegou a ser publicada pelos jornais, Théo informava

que estava preso, “cumprindo uma pena de 16 anos, seis meses e 25 dias a que fui condenado por lutar contra a ditadura que se apossou do poder em abril de 1964” e rebateu, ponto por ponto, “as razões — que ele considerava — arranjadas pelo Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Ferreira Lima para negar a minha condicional”.

Entre esses itens, contestou a curiosa explicação do juiz-auditor: “se avizinha a hora da anistia: todavia, é o próprio Governo Brasileiro que coloca fora da anistia, os delitos de sangue”. Theodomiro destacou na sua carta que “não fora requerida nenhuma anistia à Auditoria” e que as suas pretensões baseavam-se unicamente na lei em vigor: como réu primário, já cumprira mais da metade da pena e como sempre teve um comportamento exemplar na prisão, requereu a liberdade condicional. A medida, aliás, foi concedida, por unanimidade, pelo Conselho Penitenciário da bahia, mas o juiz-auditor negou-a.

Theodomiro estava esquecido na Penitenciária Lemos Brito até quando, há alguns meses, seu nome invadiu os jornais e as emissoras de rádio e televisão — como na época da condenação à pena de morte — de maneira bombástica. Theodomiro Romeiro dos Santos, o primeiro condenado à morte (em 1971) no Brasil pela antiga Lei de Segurança Nacional, ganharia em poucos dias liberdade condicional. Menos de 60 dias depois, porém, essa liberdade já era uma notícia que pelo menos tão cedo não deveria ser divulgada pela imprensa ou mesmo se concretizaria. O juiz-auditor Arnaldo Ferreira Lima que inicialmente apressou-se em bradar que não aceitava presções — na época, já se falava que Theodomiro dificilmente sairia — e a aumentar as esperanças de todos transbordando coragem com frases como “as aspirações da advogada do réu, doutora Ronilda Noblat, são bem reais e absolutamente dentro da lei” e mais adiante “pela lei, ele já está na rua”, mudou as suas posições como num passe de mágica. Justificando o seu parecer contrário à liberdade condicional, o juiz-auditor disse que “não poderia, sozinho, arcar

com a responsabilidade de devolver o preso político baiano Theodomiro Romeiro dos Santos à sociedade”.

O próprio juiz-auditor, completamente perdido em meio a uma forte pressão, admitiu ter levado em conta “o caráter político do processo e a posição do governo em relação aos presos políticos que cometeram crimes de sangue”. Alegou que achava “mais justo que o STM, com seus 15 ministros mais credenciados que eu, assuma a responsabilidade e julgue a conveniência de devolvê-lo ao convívio social”, concluindo com uma frase feita: “eu apenas não quis ser, sozinho, o juiz de Theodomiro”.

Aliás, o juiz-auditor Arnaldo Ferreira Lima, semanas antes de dar o seu despacho, já deixava transparecer que estava sendo alvo de fortes pressões e que não resistiria. Disse ao advogado assistente da defesa, Augusto Bonfim de Paula e à família do preso, que temia assumir a responsabilidade de soltá-lo, mas que seria capaz até de dar — caso Théo fosse solto — um salvo conduto para ele sair do País. Argumentava o juiz-auditor que haviam boatos de que se Theodomiro saísse, morreria.

Na área da 6a. Circunscrição Judiciária Militar as pressões foram — e ainda são — tão fortes que até na frase benevolente do juiz-auditor — “pela lei, ele já está solto” — haviam subsídios claros de que, além da lei, existiam outros elementos — certamente até mais fortes que capítulos, artigos e parágrafos da nova LSN — que pesam muito no caso de Theodomiro. Pressões, aliás, que não representavam qualquer novidade, tratando-se de Theodomiro. A simples leitura dos jornais da época em que Théo foi preso, revela nitidamente a manipulação da informação, o tom de emocionalidade provocado por alguns setores da oficialidade da Aeronáutica atingindo violentamente as redações dos jornais e alcançando as ruas com as suas edições. Era comum, naquela época, o coronel Luis Arthur de Carvalho, então superintendente regional da Polícia Federal, invadir as redações para pressionar,

intimidar e exigir o cumprimento das "ordens superiores".

Impressionados com o "requinte dos terroristas que mataram o policial à traição" e assumindo exclusivamente as declarações e expressões dos oficiais da Aeronáutica, os jornais de Salvador esqueceram até de cumprir regras elementares do jornalismo, como questionar sobre "os terroristas", dos quais não "interessou" saber sequer quem eram, de onde vinham e para onde tinham sido levados. Até a "Tribuna da Bahia", tida no início da década de 70 como um jornal renovador, sem vícios, equilibrado e imparcial, assumiu toda a versão oficial, limitando-se a publicar o que foi "liberado". Teve a honestidade, porém, de revelar num canto de página, que o brigadeiro Nei Gomes da Silva, então comandante do Comando Costeiro, "reuniu — em vez de jornalistas — os diretores de todos os meios de comunicação" para explicar como ocorreu o "crime". Aliás, no final do ano, ao fazer o balanço das notícias e acontecimentos que marcaram 1970, o secretário de redação da "Tribuna da Bahia" foi obrigado a prestar demorado depoimento na 6a. Região Militar. O jornal tinha escolhido o caso como a mais importante notícia do ano e evitado chamar Theodomiro de "Terrorista".

O tom emocional alcançou 1971 e também atingiu violentamente a sentença do juiz-auditor Amílcar Cardoso de Menezes Filho, que antes de chegar à pena de morte fixada por um conselho de justiça composto de três tenentes coronéis aviadores e um major aviador, todos da Aeronáutica, disse: "Na salvaguarda de nosso regime democrático e na intransigente defesa das nossas instituições livres e cristãs, o governo, através de seus órgãos de segurança, objetivando reprimir as constantes e agressivas ações de maus brasileiros que, filiados a organização de caráter internacional, se dispõem a bolchevizar o nosso País, instituiu e criou o C.O.D.I. (Centro de Operação e Defesa Interna), do qual participava nesta região militar o sargento da aeronáutica Walder Xavier de Lima", a quem

o juiz auditor apresenta mais adiante como vítima da “brutal e covarde ação de um agente do comunismo internacional, militante do PCBR”. Quanto a Théo, o juiz-auditor, transbordando emocionalidade, disse antes de dar a sentença que o réu era um “tipo cínico, perverso, traiçoeiro e cruel”.

Ainda hoje, mais de nove anos depois, a emocionalidade continua provocando pressões, tantas que a fuga de Theodomiro acabou causando um forte “alívio” ao governador Antonio Carlos Magalhães.

Dentro da própria auditoria militar, o telefone do juiz Arnaldo Ferreira Lima tocou com muita insistência na época em que estava para decidir sobre o pedido de condicional de Théo, quase sempre com chamadas de uma unidade militar sediada ao longo da orla marítima de Salvador. Funcionários da 6a. Circunscrição Judiciária Militar confidenciaram que o juiz chegou a ser intimado a comparecer à unidade militar, mas recusou-se.

A apreciação do caso de Théo provocou um forte reboliço na auditoria. O promotor titular Kleber Coelho entrará surpreendentemente de férias e o promotor substituto, Walter Moutinho Montenegro, em menos de uma semana, foi a favor e contra a liberdade condicional para Theodomiro, trocando a frase “dentro da lei, a iniciativa da doutora Ronilda Noblat é justa e tem grandes possibilidades de ser aceita” por outra de efeito: “Libertar esse elemento seria o mesmo que antecipar-se ao presidente da república e conceder anistia ampla, geral e irrestrita”.

O confuso promotor substituto, aliás, não trocava frases pela primeira vez, num só caso, o de Theodomiro. No próprio processo, Walter Moutinho Montenegro se manifestou inicialmente a favor da unificação das penas do réu, depois que o juiz-auditor concedeu-a, com base na nova Lei de Segurança Nacional, recorreu da decisão. A

advogada de Théo, Ronilda Noblat, na época, assegurou que “do ponto de vista legal, esse recurso (do promotor) não poderia sequer ser aceito, com base no teor do parágrafo único do artigo 511 do Código Penal Militar” e acrescentou: “Causa-me espécie o recurso do Dr. Promotor Militar, em face de ele próprio ter exarado parecer favorável à unificação das penas de Theodomiro”.

Referindo-se às declarações do promotor militar substituto, a advogada disse que “existem crimes que são mais das épocas do que da vontade dos indivíduos” e que “a opinião pública não está esquecida de que Theodomiro foi ‘sequestrado’ em plena via pública, algemado a um seu companheiro de prisão, sem qualquer mandado de prisão legalmente expedido, sendo jogado no banco traseiro de um jeep, com três desconhecidos seus sentados no banco dianteiro”, concluindo que “Menor de 18 anos, com receio de violência, das torturas — as quais, aliás, veio a sofrer depois — atirou, atingindo um dos que estavam à sua frente”.

A unificação das penas de Theodomiro foi concedida pelo juiz auditor Arnaldo Ferreira Lima com base na nova Lei de Segurança Nacional. A pena maior — 30 anos, que antes era perpétua e antes ainda, pena de morte — foi reduzida para 8 anos; a de 15 — assalto a um banco em Salvador — para 5 anos, seis meses e vinte e cinco dias; e a pena pela tentativa de organização do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário ficou em três anos, totalizando 16 anos, seis meses e vinte e cinco dias.

Com a negativa do pedido de liberdade condicional pelo juiz-auditor Arnaldo Ferreira Lima, ficaram para ser julgados no STM, o recurso da advogada Ronilda Noblat (quanto à condicional) e o recurso do promotor (quanto à unificação das penas). Este último, antes da fuga de Théo, já contava inclusive com parecer contrário — ou seja, favorável ao preso — do procurador do STM, Rutílio Torres Augusto, que chegou a propor que o Superior Tribunal

Militar sequer recebesse o recurso. Com a fuga de Théo, porém, o recurso quanto a condicional acabou não sendo julgado.

Talvez, agora, com o seu aparecimento na Nunciatura Apostólica e diante da sua ida para outro País, o STM volte a apreciar o seu processo a partir do seu reenquadramento — já não está na clandestinidade — dentro do âmbito legal. Mas, certamente, correrá os mesmos riscos do pré-julgamento (desfavorável), o que fizeram questão de deixar bem claro todos os ministros do STM entrevistados quando Théo apresentou-se em Brasília.

## ENCONTRO COM THÉO

(última entrevista na prisão)

*JULHO DE 1979*

Sandálias japonesas, calça surrada e uma camisa branca com o símbolo "Playboy" abrigando o corpo exageradamente magro, com marcas que nem mesmo a barba consegue esconder. Há, também, outras cicatrizes, nitidamente mais profundas. No olhar, no semblante, nos gestos e na voz, um homem aparentando 35 anos, mas que só tem 27. Marcas adquiridas ao longo desses nove anos de prisão, a partir da noite de 27 de outubro de 1970, quando o primeiro sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima foi morto com um tiro na nuca durante a captura de três pessoas acusadas de tentar organizar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário na Bahia. Theodomiro, na época com apenas 18 anos, foi uma delas, sendo responsabilizado pelo disparo que matou o sargento Walder e, depois de um longo período de incomunicabilidade, condenado à morte (com base no parágrafo segundo do artigo 33 do decreto lei de número 898 de 29 de setembro de 1969 — Lei de Segurança Nacional — combinado com os artigos 53 e 79 do Código Penal Militar).

Dois maços de cigarros "Arizona" na mão, abraçado com sua mulher e cercado por alguns amigos, Théo ultrapassa o portão que dá acesso às galerias da penitenciária depois de passar pela segurança e alcança a sua cela, no

terceiro andar, onde estão também outros presos políticos. Mesmo demonstrando alegria, deixa transparecer uma forte dose de ansiedade e expectativa diante da tramitação do seu pedido de liberdade condicional. O clima, porém, não chega a ser tenso, até porque Théo já enfrentou situações mais envolventes, como o desdobramento da pena de morte — sentença reduzida ainda em 1971 para prisão perpétua pelo Superior Tribunal Militar, comutada em fins de 1974 para 30 anos pelo Supremo Tribunal Federal e, recentemente, para oito anos com a sua adaptação à nova Lei de Segurança Nacional.

Antes de entrar na cela, Théo passa no refeitório do terceiro andar e apanha um "quente-frio" com café. Na cela, sua mulher Conceição já está deitada na rede e os amigos sentados em duas cadeiras. O espaço é relativamente pequeno — 4x5 metros —, mas tudo está absolutamente arrumado e limpo. As paredes pintadas em verde claro, algumas plantas decorativas e várias fotos do filho, Bruno, de seis anos (Théo já tem outro filho, Fernando Augusto, que ainda não completou um ano). Há uma pequena mesa, com uma máquina de escrever. No canto oposto, um vaso sanitário. Théo entra, serve o café a todos e acende um cigarro. Antes de sentar-se no chão, comenta rapidamente com sua mulher sobre a unificação de suas penas — concedida pela auditoria militar, mas em grau de recurso no STM — englobando os outros dois processos a que foi condenado por um assalto a banco e por tentativa de organização do PCB, ficando com uma pena final de 16 anos, seis meses e 25 dias.

Lá na penitenciária Lemos Brito, um prédio desbotado e sujo esquecido na distante localidade de Mata Escura, ainda na periferia de Salvador, Théo está preso há 9 anos. "No início — informa um ex-presos político — a barra aqui era pesadíssima. Todas as celas eram fechadas. Era um por cela, trancado o dia todo. Banho de sol, só três vezes por semana. Visita, só duas vezes por semana, das 9 às 11 horas, mas só com autorização do QG. Depois, as celas já foram

sendo abertas, podíamos receber jornais e outras publicações, embora tudo censurado. Agora, está mais tranquilo”.

Théo complementa informando que o tratamento, atualmente, pode ser considerado bom. “Trabalhamos todas as tardes, das 13 às 17 horas, em artesanato de couro, confeccionando bolsas, marcadores de livros, carteiras, etc. Só não fabricamos sapatos por falta de condições técnicas. Com a venda desses trabalhos, conseguimos sobreviver”. Diz ainda que os presos políticos na Lemos Brito não têm qualquer ligação com os presos comuns, mas aproveita para denunciar que “o processo carcerário aqui é de completa deformação, onde o preso, principalmente o preso comum, não é preparado para ser reintegrado à sociedade. Muito pelo contrário, é apenas castigado”.

Agora, Théo senta-se no chão, e mais de perto, pode-se notar perfeitamente as marcas e cicatrizes, principalmente na cabeça. Coloca por alguns instantes os óculos para ler uma carta e começa a falar.

Primeiro, da infância em Natal, Rio Grande do Norte, onde nasceu no dia 29 de dezembro de 1951.

**THEODOMIRO** - Sou filho de uma família pequeno burguesa. Minha mãe é professora e meu pai (já falecido) tinha origem rural, mas seguiu a carreira militar, chegando a capitão do Exército. Aliás, há uma infinidade de militares na minha família e inclusive minha mãe ensinou durante algum tempo numa escola primária da aeronáutica. Sou o filho mais velho do segundo casamento, tendo ao todo seis irmãos, dos quais cinco primo-irmãos porque a primeira mulher de meu pai era irmã de minha mãe. O relacionamento com a família, dentro dos padrões tradicionais, era bom. Estudar, formar, constituir família, aquele papo. Dentro dos padrões tradicionais, a gente tinha o melhor que eles podiam dar. O meu sonho, quando criança, era ser médico, mas já tinha pensado também em ser bombeiro. A medicina, porém, era a minha principal

aspiração. Antes de ser preso, aliás, algum tempo antes, me preparava para o vestibular de medicina.

**PERGUNTA** - E a saída da pequena Natal?

**THEODOMIRO** - Saí de Natal com medo de ser preso, diante de alguns problemas políticos e da perseguição aos líderes estudantis. Eu participava de um trabalho assistencial e político, embora não tivesse ainda qualquer consciência política. Era muito mais uma revolta contra a miséria. Aproveitando a oportunidade de ensinar numa escola próxima a um bairro operário, a gente fazia também todo um trabalho político, principalmente na fábrica de confecções Guararapes. Tínhamos nos integrado bem ao pessoal, discutíamos tanto os problemas da fábrica (salários, etc.) como os problemas do bairro (rede de esgoto, luz, etc.), mas tudo marcado pelo vanguardismo, com levantamento, pesquisa, etc. Quando a escola foi fechada, quase 500 pessoas estudavam com bom rendimento. Além disso, eu participava também de um trabalho assistencial em outro bairro, no Beco da Lama. Entretanto, como eu tinha muita amizade com o pessoal da esquerda, muitos deles meus amigos desde a infância, e os contatos passaram a ser mais frequentes, tudo aquilo transformou-se numa negação do trabalho anterior de assistência que eu tinha participado. Você se virava, arrumava isso e aquilo, distribuía aqui e ali, quebrava o galho temporariamente, mas não resolvia o problema. A formação da gente em casa foi muito religiosa, tanto por problemas de família como pelo colégio que estudei, os Maristas. Mas com a abertura que surgiu com o Concílio Vaticano II, os problemas políticos começaram a ser levantados pelos próprios religiosos, principalmente a marginalidade. Foi nessa época que eu comecei a me preocupar, a questionar o trabalho assistencial. Os anos passavam com a gente dando um duro lascado e tudo continuava igual. Parti, então, para procurar outras alternativas. Aí comecei a me ligar com o pessoal da esquerda, principalmente com o pessoal do Ateneu.

**PERGUNTA** - A sua saída de Natal aconteceu logo depois da repressão aos movimentos estudantista e da morte do secundarista Edson Luiz de Lima Souto, abatido a tiros pela polícia no dia 13 de maio de 1968 no Rio de Janeiro e se transformando no estopim de uma série de manifestações no País. Não foi assim?

**THEODOMIRO** - Exatamente. Um professor dos Maristas muito amigo meu já estava preso. Havia uma forte repressão aos movimentos estudantis e às passeatas quando Edson Luis foi morto. Houve então a primeira greve no colégio maristas. Na passeata de protesto pela maneira bárbara como assassinaram Edson, caiu um tijolo de uma construção e o pessoal reagiu quebrando tudo, escapando do controle até mesmo de quem dirigia a manifestação. Apedrejaram o palácio do governo, prefeitura, prédios, casas comerciais, destelharam um terminal de ônibus e rasgaram todas as telas de uma galeria de arte, tendo a polícia ocupado a cidade quando uma multidão já se dirigia para apedrejar o Q.G. Muita gente foi presa. Na época, já tinha contato com o marxismo, com o pessoal um pouco mais velho que eu. Era um contato muito superficial, marcado por uma visão de que o importante era a prática. A teoria era secundária. Como existia uma efervescência política muito grande, isso era o que se fazia: prática. E hoje eu sei que era um comportamento deformado da esquerda, o praticismo. Acabei desligado do pessoal quando fui obrigado a deixar Natal, com medo de ser preso. Não que estivesse sendo procurado, mas por ser amigo de pessoas que eram procuradíssimas.

**PERGUNTA** - Com aquele reboliço da época, foi difícil sair de Natal?

**THEODOMIRO** - Saí de Natal com meu cunhado José Mendonça, na época tenente da aeronáutica e funcionário do Centro Tecnológico da Aeronáutica. Peguei a carona dele até São José dos Campos, no interior paulista, onde passei uns dois meses. Depois fui para Brasília, ficando na

casa de meu irmão, Romelino, na época, sargento do Exército. Logo, porém, viajei para Salvador, onde fiquei interno no Colégio dos Maristas, cursando o terceiro ano científico.

**PERGUNTA** - Como foi a retomada do contato com a esquerda?

**THEODOMIRO** - Foi justamente em Salvador, onde o pessoal articulava a organização do PCBR. Fiquei pouco tempo interno nos Maristas, pois logo surgiu a oportunidade de morar em companhia de dois ex-irmãos maristas e um colega no bairro da Barra Avenida, onde o pai de um deles tinha um apartamento e a gente só pagava mesmo o condomínio. Em fevereiro de 1970, porém, saí do apartamento, alguns dias depois da chegada à Bahia do pessoal do Rio de Janeiro que veio nas carreiras depois da queda do Comitê Central do Partido. O trabalho, então, era montar a aparelhagem para o pessoal, sendo iniciadas a seguir as atividades mais práticas: pichação, panfletagem, etc. Também foram efetuados os planejamentos das ações urbanas.

**PERGUNTA** - Na época, ao que parece ainda menor de idade, qual era a sua visão política?

**THEODOMIRO** - Realmente, ainda era menor. A minha visão política, na época, ainda era muito limitada. A visão do partido apontava como caminho para tomada do poder a guerrilha, inspirada na guerra popular de Mao-Tse-Tung: guerrilha rural, guerrilha urbana e guerrilha local (áreas periféricas das grandes cidades e cidades médias). A guerrilha urbana fixaria o inimigo na cidade e formaria a base de apoio infraestrutural, mas toda a atividade se voltava para a formação da guerrilha rural. Precisávamos de armas, munições, etc. e foi por isso que começamos com as ações de confisco (assaltos). Logo depois do primeiro confisco, porém, efetuado na agência Liberdade do Banco da Bahia, passamos a ser vigiados. Os

companheiros, então, fugiram. Ficamos eu, Paulo (Paulo Pontes, libertado recentemente após cumprir pena) e Getúlio. O nome completo de Getúlio era Getúlio de Oliveira Cabral, torturado até a morte no dia 29 de dezembro de 1972. Seu corpo foi encontrado, na rua Walder Xavier de Lima, no Rio de Janeiro, justamente com os corpos de Fernando Augusto da Fonseca, Valdir Sales Saboia, José Hilton Pinheiro, Lourdes Maria Vanderlei Pontes e Bartolomeu. Todos foram assassinados pelos órgãos de repressão e depois colocados dentro de um carro que foi detonado com granadas para dar a idéia de que haviam resistido à prisão e morrido em meio a um tiroteio com a polícia em virtude da “acidental” explosão do veículo. Os seus corpos, entretanto, não foram recuperados até hoje pelos parentes.

**PERGUNTA** - Como ocorreu a sua prisão e a morte do sargento? Parece que esta é a primeira vez que você tem a oportunidade de contar a sua versão, pois passados quase 9 anos só se tem conhecimento da versão oficial.

**THEODOMIRO** - Isso é verdade. A minha versão consta do meu depoimento em juízo, mas até hoje não a vi publicada. Na certa, não interessava aos jornais, suponho. O juiz auditor da 6a. Circunscrição Judiciária Militar, Arnaldo Ferreira Lima, agora mesmo, quando negou o meu pedido de liberdade condicional, disse que foi o meu inconformismo ideológico que me levou a matar um agente do DOI-CODI. O juiz que assinou a minha sentença de morte falou em “traição”, “assassinato”, “brutalidade” e “covardia”. Na verdade, foi o direito inalienável que toda a pessoa tem de defender a sua integridade física e a sua vida que me fez reagir à prisão para tentar escapar às violentíssimas e brutais torturas a que são submetidos todos os opositores do regime. Havia também uma determinação nacional do partido para reação às prisões depois do assassinato frio de dois militantes: o Mário Alves e o Marco Antonio Sá que ao serem presos em 1969 em São Paulo não reagiram e acabaram assassinados. Eu fui

sequestrado em plena rua, enquanto esperava um ônibus, por quatro indivíduos à paisana, que utilizavam um carro particular, e que não se identificaram. Reagi, como qualquer pessoa reagiria, a um ato de violência e arbitrariedade, ainda mais numa época daquelas em que eles estavam torturando e assassinando quantos fossem oposição à ditadura.

PERGUNTA - Você saberia contar, em detalhes, como foi a sua prisão e a morte do sargento Walder Xavier de Lima?

THEODOMIRO - É claro, isso a gente não esquece. Foi por volta das 21 horas do dia 27 de outubro de 1970. Eu tinha ido encontrar alguns companheiros, lá no Dique do Tororó. Ao todo, éramos quatro, mas um deles — Dirceu Régis Ribeiro, que ultimamente candidatou-se a deputado estadual e não conseguiu se eleger — saiu logo. Ficamos, então, eu, Paulo Pontes e Getúlio. Mal começamos a conversar, acertando os detalhes sobre a viagem de Getúlio, aproximou-se rapidamente um "Jeep" (Jeep-Willys, placa particular 5-19-66, de Salvador). Eu e Paulo estávamos de costas para a rua, em cima do meio fio. Getúlio, de frente prá rua, ao ver o "Jeep" disse: "Olha esse Jeep parando aí". Mas já era tarde. Os quatro caras, sem se identificarem (o sargento da aeronáutica Walder Xavier de Lima, o cabo do exército Odilon Oliva Costa, e os agentes federais Amilton Nonato Borges e José Freire Felipe Filho) foram chegando e agarrando imediatamente eu e Paulo porque Getúlio conseguiu fugir, trocando tiros. Eu estava com uma pasta na mão, com um revólver calibre 38 dentro. Paulo estava com um pacote de roupa. Eles tomaram a pasta e o pacote e, depois de colocar as algemas nos jogaram no fundo do "Jeep". Três entraram no carro, ficando um (o cabo Odilon) do lado de fora, trocando tiros com Getúlio. O "Jeep" andou alguns metros até alcançar uma pequena ponte sobre as águas do dique, por onde fugia Getúlio. Em meio ao tiroteio, eles me devolveram a pasta sem nem abri-la, o mesmo acontecendo com o pacote

de Paulo, Walder tinha saltado e estava na porta do "Jeep" quando consegui, com a mão esquerda, abrir a pasta e pegar o revólver. Tentei acertar o Walder, mas o primeiro tiro falhou. Criou-se um pânico dentro do carro, agravando o clima já tenso pela troca de tiros. Dei um segundo tiro e acertei o Walder, e um terceiro em direção ao outro policial (José Felipe), mas a bala alojou-se no teto do "Jeep". Ainda dei dois tiros, acertando um deles no Amilton Nonato.

**PERGUNTA** - Os agentes acabaram desarmando-o. O que aconteceu depois?

**THEODOMIRO** - Tão logo fui desarmando e, definitivamente preso, começaram as torturas. Acho que os caras nem ligaram para socorrer o companheiro (o sargento) que estava caído, ainda vivo. Foram logo tratando de distribuir coronhadas, do Dique do Tororó até a sede da Polícia federal, na Cidade Baixa. Quando chegamos à PF parecia que já estávamos sendo esperados. Lá estava o Coronel Luiz Arthur de Carvalho (na época, superintendente da Polícia Federal e ex-Secretário de Segurança Pública da Bahia no último governo), com mais de 20 policiais à paisana, além de um pelotão com oito soldados do exército, fardados, comandados por um sargento. O espancamento começou com socos e pontapés em todas as regiões do corpo, desferidos pessoalmente pelo Coronel Luiz Arthur, depois reforçado por todos que ali estavam com cassetetadas, coronhadas de revólver e de fuzil, chutes, etc. Eu e Paulo continuávamos algemados, juntos. A essa altura, talvez de madrugada, não me lembro bem, estávamos banhados de sangue. Eu sangrava muito, principalmente na cabeça. O coronel Luiz Arthur, preocupado, pensando que eu poderia morrer, mandou chamar um enfermeiro no Segundo Distrito Naval. O cara veio, cortou meu cabelo e disse que não era nada grave, procurou uma seringa na sua pasta e lamentou não ter levado uma para dar uma injeção de éter no meu saco. Pegou, então, um vidro de éter e jogou na minha cabeça.

deixando cair propositalmente uma boa quantidade na face, bem nos olhos. Quase enlouqueço. Pensei que estava pegando fogo, pois o éter queimava os meus olhos e a pele, dando a sensação de que estava em chamas. Foi terrível. Num determinado momento, nos separaram: eu fiquei embaixo, no térreo, e Paulo foi levado para o primeiro andar. Durante alguns minutos, fui colocado numa espécie de cela, onde não podia sentar. Logo, eles voltaram e tornaram a me espancar, com socos, pontapés, coronhadas, pancadas generalizadas, sem qualquer método. Embora já soubessem nossos nomes, perguntavam seguidamente — “fale, diga seu nome” — enquanto batiam. Lembro bem que quando descobriram que a gente era do BR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), passaram a torturar cantando na BR-3, repetindo seguidamente um verso que diz “a gente morre, a gente morre na BR-3”. Ainda na mesma madrugada e na Federal passaram a torturar mais sistematicamente. Aquela altura eu não sabia onde estava Paulo. Batiam com os punhos e com cassetetes nos rins e nos joelhos, principalmente no meu joelho direito que já estava muito inchado. Aí eu desmaiei. Quando acordei já era noite e eu pensava que tinha passado só um dia na Federal, mas tinha passado dois. Mal acordei e os caras me levaram para o pau-de-arara, ainda na Federal. Colocaram um esparadrapo grande nos meus olhos para que não identificasse os torturadores, mas, como sangrava muito pela cabeça, o esparadrapo folgou e eu pude ver bem: o Dr. Aquino (Alfredo de Aquino Filho), na época inspetor, hoje delegado da Polícia Federal no Rio de Janeiro, era o responsável pela tortura, contando com o apoio de cinco policiais, um deles o Amilton Nonato, um dos que participou da minha prisão. Também participou dessa tortura o então major Antonio Bião de Cerqueira (hoje coronel e presidente da Associação Baiana de Karatê). Fiquei no pau-de-arara, tomando choque, com o telefone de campanha: eles amarraram um fio no saco e outro corria o corpo todo. Durante a tortura, perguntavam meu nome, o aparelho onde eu morava, as minhas ligações com o Partido Comunista, repetidas vezes. Já

estava escuro quando fui prestar depoimento ao coronel Luiz Arthur.

**PERGUNTA** - Durante esse depoimento, você continuou sendo torturado?

**THEODOMIRO** - Não, embora o coronel Luiz Arthur tenha me ameaçado várias vezes, principalmente no início. É que eu havia prestado depoimento durante o flagrante com nome falso e só nesse depoimento dei meu nome verdadeiro. O coronel Luiz Arthur ficou nervoso, rasgou o depoimento e fez outro. Ele não conseguiu mais me bater, porque eu já estava em pedaços.

**PERGUNTA** - Depois do depoimento, você foi transferido?

**THEODOMIRO** - Sim, fui levado para o Quartel do Barbalho, onde funcionava a PE, a Quarta Companhia de Guardas, e estava instalado o centro de torturas. Como não podia nem andar, fui carregado e jogado num camburão. O comandante do quartel era o então capitão Hemetério Chaves Filho, na época presidente da Federação Baiana de Judô e chefe do departamento de árbitros da Federação Baiana de Futebol, que torturava pessoalmente os presos. No início, eu não tinha condições de suportar espancamentos, pois nem sequer andava. Durante 12 dias seguidos, três vezes por dia, fui levado para o pau-de-arara, onde tomava choques e afogamentos. Nos três primeiros dias, fiquei sem comer e beber água, como também 33 dias sem tomar banho com a cabeça cheia de placas de sangue. Foram 12 dias também sem dormir, porque constantemente passavam na cela quando não era para levar-me ao pau-de-arara, gritavam e me chutavam para não permitir que dormisse. O então capitão Hemetério Chaves Filho, comandante do Quartel, torturou-me pessoalmente numa sala anexa ao gabinete do comando, no primeiro andar, com ar condicionado e vidro rayban esverdeado. O capitão Hemetério vestia um calçãozinho azul, uma camisa branca

e fazia aquecimento antes de iniciar as torturas, sempre rindo. Os outros torturadores eram os tenentes Trindade e Botelho, o Sargento Maia, o cabo Dantas e o instrutor de karatê do quartel (na época, campeão Brasileiro de Karatê) Dalmar Caribé.

**PERGUNTA** - Essa sua declaração sobre a participação de Dalmar Caribé nas torturas é da maior importância, pois ele, na época, se não me engano, foi o integrante da equipe brasileira que conseguiu melhor colocação no Campeonato Mundial de Karatê, e muitos desconhecem essa sua participação no DOI-CODI utilizando-se do karatê para torturar.

**THEODOMIRO** - Lembro-me bem de Dalmar Caribé porque diante do meu estado físico as torturas tinham sido suspensas quando ele chegou à minha cela perguntando se eu era Theodomiro. Eu respondi que sim e ele ficou rondando a minha cela até chegar uma rádio patrulha, com três caras da polícia civil. De repente, a porta da cela se abriu e os quatro entraram, com Dalmar na frente, me dando uma surra com socos e pontapés. Foi justamente a última vez que fui torturado, no dia 27 de novembro, aniversário da Insurreição de 1935. Lembro que o comandante da VI Região Militar, general Abdon Sena, foi visitar o quartel e ao passar na porta da minha cela me disse: "se fosse por mim, você já estaria morto".

**PERGUNTA** - Imagino o clima de desespero e tensão que vocês viviam. Você não chegou a sentir o medo de morrer?

**THEODOMIRO** - É claro que sim, principalmente no período em que ficamos no quartel do Barbalho, incommunicáveis, sendo torturados até pelo DOI-CODI de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e outros estados, que chegavam para longos interrogatórios no paude-arara, com choques e afogamentos. Perdi o medo de morrer no momento em que soube que ia ser julgado.

PERGUNTA - Como? Quer dizer que você foi para o julgamento certo de que, mesmo que fosse condenado à morte, não morreria?

THEODOMIRO - É isso mesmo. No momento em que o juiz lia a minha sentença, me condenando à morte, eu sabia, estava convicto, que a partir daquele momento não mais morreria.

PERGUNTA - Por que?

THEODOMIRO - Medo de morrer eu tinha quando estava no Barbalho. Sabe o que aconteceu lá uma vez? Colocaram na minha cela um criminoso comum, chamado Edvaldo, preso com maconha e uma pistola 45 e que tinha levado muita porrada na Polícia Federal. Disseram a ele que eu era muito perigoso e que o mataria à noite, o mesmo que disseram a mim em relação ao que ele me faria. Foi uma noite terrível, cheia de desconfianças, mas depois eu consegui chegar no cara e explicar que não era nada daquilo. Eu consegui dormir, mas ele não, passou a noite toda acordado. No Quartel do Barbalho, todos os dias a gente estava perto da morte. Aliás, ouvi dizer no quartel, que houve uma discussão nos altos escalões se iam me matar ou não, e que o voto do brigadeiro Lima Araújo foi que me manteve vivo. Quanto à minha condenação à morte foi uma grande burrice, pois foi com ela que surgiu a primeira grande campanha depois de 1968 contra a Lei de Segurança Nacional e a ditadura, com denúncias não só no Brasil, mas principalmente no exterior.

PERGUNTA - Como você reagiu ao saber que estava condenado à morte?

THEODOMIRO - A reação foi quase nenhuma. Eu estava convicto de que, aqui no Brasil, quem tinha de ser morto foi morto sem ter sido preso ou sem ter chegado a julgamento. O meu medo de morrer era dessa época. Com o encaminhamento da minha prisão, processo e demais



procedimentos legais, já sabia que não morreria. A pena de morte, no meu caso, foi apenas uma arma de pressão, para ameaçar e tentar desmotivar quem lutava do lado de fora. Achei que a minha condenação foi muito mais uma decisão isolada, de caráter regional, mas que logo foi transformada pelo STM para prisão perpétua e pelo STF para 30 anos de reclusão, como aliás aconteceu com os outros dois presos políticos condenados à morte depois de mim.

**PERGUNTA** - Embora você diga que sua reação foi quase nenhuma, houve algum momento em que viesse a sua mente pensamentos sobre a forma de execução: pelotão de fuzilamento, cadeira elétrica, cianureto de potássio? Chegou a pensar qual delas preferiria?

**THEODOMIRO** - O Código Penal Militar estabelece todas as formalidades, inclusive define o fuzilamento como forma de execução. Mas eu confesso que nem pensei nisso, já que estava certo de que, a partir do encaminhamento da minha prisão, do depoimento e da condenação, não iria ser morto.

**PERGUNTA** - Você não sente medo da morte? O que pensa dela? Acredita em vida eterna, coisas assim? Crê em Deus ou é ateu?

**THEODOMIRO** - Medo da morte eu sinto, mas acho que existem determinados valores que são superiores a este medo. Quanto ao resto da pergunta, sou materialista.

**PERGUNTA** - Pensou em "última vontade"?

**THEODOMIRO** - Apesar de não pensar em ser executado, a época era de tanta loucura que acabei escrevendo uma carta-testamento que deveria ser publicada após o meu eventual fuzilamento. Nela, colocava que tinha valido a pena morrer pelas minhas idéias e convocava o povo para lutar contra a ditadura. Caso o STM confirmasse a pena, três dias antes do julgamento no STF,

nós iniciariamos uma greve de fome nacional dos presos políticos contra a condenação à morte. Se eu realmente fosse ser executado e tivesse direito ao "último desejo", pediria para falar numa cadeia nacional de televisão, colocando minhas idéias para o povo brasileiro.

PERGUNTA - Que lições você tirou disso tudo?

THEODOMIRO - Do ponto de vista pessoal, muitas. Aqui na cadeia, amadureci muito, em termos pessoais, afetivos e políticos. Aqui, eu me dediquei à parte política teórica, recebi influência de vários companheiros, de várias tendências, estudei muito. Foi justamente onde amadureci.

PERGUNTA - Politicamente, como você se definiria hoje?

THEODOMIRO - Um marxista-leninista-ortodoxo. Estou mais consciente das coisas que eu quero, de como conseguir o que eu quero, inclusive pela análise autocrítica do que desenvolvi.

PERGUNTA - Na sua opinião, agora que você já se define como uma pessoa mais amadurecida, do ponto de vista político, quais as lutas políticas que considera fundamentais hoje?

THEODOMIRO - A luta política hoje tem que ser por liberdades democráticas, isso em função do nível de consciência do povo brasileiro. Seria assim uma etapa de luta pelo socialismo. Dentro dessa luta está a anistia ampla, geral, irrestrita e não recíproca, e a convocação de uma assembléia constituinte que permita a participação de todas as correntes políticas.

PERGUNTA - E quanto ao MDB? Nesse emaranhado de sugestões e conchavos dentro da reformulação partidária, como você se situa?

THEODOMIRO - Sou favorável à manutenção do MDB como frente de oposição, até que se consiga anistia e liberdade para outros partidos se organizarem. As eleições no Brasil continuarão a ser falsas, como foi a última, enquanto as verdadeiras correntes não puderem ainda aparecer, principalmente as da esquerda. Aos poucos isso vai chegando, porque o povo vai tomando consciência e hoje ele já sabe que o governo que está aí é explorador e não defende os seus interesses. Mas acho que ainda estamos muito distantes do estilo de democracia mais avançado que se tem conhecimento no mundo, a ditadura do proletariado.



## NOVE ANOS DE PRISÃO

A prisão de Theodomiro Romeiro dos Santos ocorreu no dia 27 de outubro de 1970 e ele encontrou a liberdade, fugindo, no dia 17 de agosto de 1979. No Forte de Barbalho, um centenário quartel onde ficavam a Polícia do Exército e a 4a. Companhia de Guardas, ficou até o dia 26.1.71, quando foi transferido para a Penitenciária "Lemos Brito, juntamente com Paulo Pontes, Dirceu Régis, Wellington e Emiliano José, todos presos políticos.

No Barbalho, viveu emoções fortes. Torturas à parte, esperou nervosamente o desfecho do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, durante o qual o seu nome e o de Paulo Pontes foram pedidos. Vestidos, barbeados, ficaram em suas celas na expectativa de a qualquer hora seguirem para o exterior. Ao final, a desilusão. O governo resolvera enfrentar de modo diferente os sequestradores, escolado com as experiências anteriores dos diplomatas americano, japonês e alemão.

A partir dali estava longe a luz no túnel. Era preciso, cada vez mais, preparar-se para resistir aos longos e monótonos dias que iriam se seguir, só modificados em sua rotina pelas condenações ou pela chegada ou saída de algum novo companheiro.

Ainda no Barbalho, viveu e ouviu coisas interessantes. Um tenente, de nome Figueiredo, da 4a. Cia. de Guardas, por exemplo, gostava de fazer teoria sobre a tortura. Pelo seu raciocínio, exclusivamente quantitativo, não existia tortura no Brasil, pois, em sua curiosa opinião, o choque elétrico só era considerado como tortura quando aplicado com carga acima de 700 volts e no Brasil — esse doce e bondoso país tropical — "só se utilizavam 220 volts".

Merecedor de registro também é o diálogo entre Theo e um tenente da Cia de Guardas de nome Rollemberg. Argumentava com Theo que a sua motivação tinha que ser financeira, chegando até a afirmar que "você é contratado em troca de um alto salário para desenvolver ações armadas". Lançando mão das chamadas "verdades absolutas", o tenente teorizou, acrescentando que "todas as pessoas agiam por interesses pessoais" e que se fosse oferecida a Theo uma alta soma em dinheiro, passaria para o lado do Governo. Theo respondeu com uma pergunta: "se a motivação de todas as pessoas é financeira e pessoal, e se qualquer um mudaria de lado por dinheiro, quanto o tenente queria para passar para o nosso lado?" O tenente Rollemberg, antes de sentir que tinha sido envolvido num raciocínio rápido, pensou que fosse uma tentativa de suborno e chegou a mostrar-se visivelmente cheio de brios. Quando estava bem irritado, bradando que não se vendia, Theo respondeu: "eu também não e por isso acho que existem outros valores que motivam as pessoas a lutar".

Theodomiro, junto com os outros quatro prisioneiros políticos, foi transferido para a penitenciária "Lemos Brito" no dia 26 de janeiro de 1971. Os cinco no fundo de uma rural, algemados de mãos para trás, e no banco da frente, além do motorista, um agente da Polícia Federal, de metralhadora engatilhada apontada na direção deles. Outro agente, transmitia para os outros carros da escolta instruções muito em voga naquela época:

- Cuidado com esse Volks vermelho, não deixe ele lhe ultrapassar.

- Atenção, não pare no sinal, apenas reduza a marcha.

A penitenciária, à chegada dos cinco por volta das 19 horas, estava bastante escura. Theodomiro e os outros quatro presos foram recebidos por um negro alto, forte, que mais tarde viriam a saber tratar-se de Cretiotônio Isidório do Nascimento, guarda do presídio, com quem iriam se bater durante anos. Abriu-se a primeira porta de ferro: a primeira grade. Subiram a rampa e chegaram à Galeria F, morada permanente de Theo nesses quase nove anos.

Mas, houve alegria na chegada. Uma dezena de companheiros os saudavam. Particularmente a Theodomiro. Na época, ficava um em cada cela, fechados, condição em que foram mantidos até agosto do mesmo ano. Os que chegavam estavam mais alegres, pois era quase a certeza de que não seriam mais torturados. E afinal, apesar da sujeira e da falta de condições das celas, elas eram bem melhores do que os cubículos do Barbalho, pois permitiam cagar e mijar num vaso sanitário e não, como no Quartel, numa lata de 20 litros de óleo, que de semana em semana, era retirada da cela pelos próprios presos sob a mira de metralhadoras.

Todos tinham direito ao banho de sol (duas vezes por semana) e visitas (também duas semanais) desde que de parentes diretos que se apresentassem no dia anterior na 2a. Seção do Exército para conseguir autorização. Com os cinco que chegaram, completou-se o número de quinze prisioneiros políticos. A época, "o mercado estava em alta" e não demorou muito para que esse número, lá pelos idos de 1972, chegasse aos 36 presos na galeria F.

Até agosto de 1971, os tempos foram duros. Não se ouvia rádio, não se lia jornal, não se via televisão: tudo proibido pela 2a. Seção do Exército, que era na verdade quem dava as ordens na cadeia. Theodomiro passava meses sem ver a sua mãe, Georgina Romeiro dos Santos, que morava em Natal. Era comum para acabar com a solidão das celas, subir-se às grades para conversar. Quando a distância de uma cela à outra era grande ou quando o assunto exigia um certo sigilo, conversava-se através de um alfabeto manual, muito conhecido nas prisões.

Haviam também outros meios de comunicação, capazes de quebrar os obstáculos que o regime tentava impor aos prisioneiros. Para compensar a absoluta proibição de ler jornais, ouvir rádio ou ver televisão - que jeito? - os presos resolveram trazer para dentro do presídio, clandestinamente, um rádio transistor, de longo alcance, para se

manterem informados. E editavam, diariamente um jornalzinho, que nunca falhou - "Jornal de Notícias" -, numa meia-folha de papel ofício, que continha as principais notícias do dia - em torno de vinte, bem selecionadas - escolhidas por um paciente editor que a cada meia hora ouvia o noticiário, camufladamente, e o registrava. Às 19 horas, mais ou menos, estava pronto o diário, que passava a circular pelos buracos de tomadas elétricas inutilizadas, passando de cela a cela.

Nesses primeiros tempos, o pau quebrou. Num difícil jogo de forças, os presos, em situação desfavorável, valiam-se de sua persistência e na unidade que sempre conseguiram manter. Conseguiram unificar o banho de sol (antes desciam em turmas separadas) e o direito de dividir a comida que as visitas traziam entre todos os presos (não sem antes, num dia, jogar toda a comida nos pés de Cretiotônio Isidório do Nascimento).

Um dos embates mais sérios dessa primeira fase foi quando Theodomiro teve uma de suas crises de fígado, estimuladas sempre pela comida estragada servida pela penitenciária. Theo amanheceu se contorcendo em dores, por volta de agosto de 1971 - e na época não se permitia que os médicos da penitenciária atendessem os presos políticos - e os presos decidiram, então, tratar do problema em comissão e não mais mandar apenas um representante, como faziam antes. E, unanimemente, foi escolhida a comissão: Fernando Mesquita, Paulo Pontes e Emiliano José.

O guarda-chefe, depois de comunicar ao diretor, Abilio Coutinho, hoje promotor, que a comissão queria falar com ele, recebeu a resposta de que apenas um seria recebido. Assim Emiliano José entrou para a sala de Abilio Coutinho. Quando perguntado pelo diretor do que se tratava, Emiliano disse:

- Nada tenho a dizer enquanto Paulo e Fernando não chegarem.

Depois de muitas tentativas de fazer Emiliano falar

sobre o que se tratava, e diante do impasse, o diretor resolveu receber os três. Nessa conversa, se demonstrou a Abilio Coutinho que ele seria responsabilizado 'por qualquer problema que ocorresse' com Theodomiro, que os presos devolveriam qualquer comida estragada que lhes fosse servida, que queriam o direito de cela aberta para todos, inclusive para atender companheiros que eventualmente ficassem doentes, e desejavam receber atendimento médico e dentário.

No mesmo dia, Theodomiro foi atendido por médico, recebeu soro e naquela primeira noite Emiliano foi autorizado a ficar com ele na cela a fim de poder pedir algum socorro na eventualidade de acontecer algo mais grave. No dia seguinte, as celas foram abertas e nunca mais serviram comida deteriorada aos presos. Dali em diante não teriam apenas a companhia compulsória de alguns clássicos da literatura, ali presentes menos pela escolha dos presos e mais pela rigorosa censura a qualquer publicação mais crítica. Balzac, Dostoiévski, Tolstoi, Machado de Assis, José de Alencar que enchiam o tempo, e às vezes o saco, dos presos passariam a ter novos parceiros, e apesar da censura persistir, a biblioteca da galeria F se ampliou em direção a temas políticos. Era agosto de 1971.

## UM ADVOGADO FRACASSADO

É voz comum dizer-se que diretor de penitenciária não passa de um advogado frustrado. Assim era Osmundo Tosca, que por força de seu habitual puxasaquismo chegou à condição de diretor da "Lemos Brito", no início do primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães, fim de 1971. Tinha uma especial predileção por perseguir os presos políticos, preocupado em "apresentar serviço" aos dois-codis da época. Em 1972, quando um dos prisioneiros políticos, Wesley Macedo, precisou de cuidados psiquiátricos, ele o colocou no quarto-forte, a terrível solitária da cadeia. Foi obrigado a retirá-lo no dia seguinte, por ordem da Justiça Militar, após denúncia feita por Theodomiro Romeiro e Natur de Assis Filho, em audiência na Auditoria, nesse dia.

- Um a zero prá vocês, comentou o irado diretor.

E sempre ele tentava mudar o placar.

Quando de uma rebelião dos presos comuns, iniciada no dia 23 de dezembro de 1973, em que os presos políticos, por deliberação, não participaram, a par de uma violenta repressão sobre o conjunto da população carcerária, iniciou uma série de pequenas perseguições aos políticos: corte de visitas, suspensão de visita conjugal, determinação das celas que cada um deveria ocupar, criação de dificuldades para o atendimento médico, culminando com a recusa a providenciar atendimento médico para Emiliano, que estava com uma inflamação no ouvido. Resultado: enfrentou uma greve de fome dos prisioneiros políticos, durante 11 dias. E teve de, ao final, recuar.

Seguramente, Osmundo Tosca é uma figura que até hoje permanece na memória dos presos políticos baianos. De todos eles.

Depois que Osmundo saiu, no início de 1975 já no governo Roberto Santos, a situação começou a melhorar gradativamente, com os direitos assegurados em lei passando a ser respeitados.

Theodomiro participaria, ainda, de duas outras greves de fome: a primeira, de um dia, por problemas carcerários, quando o diretor retirou uma série de direitos já assegurados; e a segunda, de solidariedade aos presos de Itamaracá, que, em greve de fome, reivindicavam o término do isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, no ano de 1978, esta de dezessete dias.

Onde talvez Theodomiro tenha experimentado mais o exercício da democracia, curiosa e paradoxalmente, foi no presídio. Durante anos, conviveu com dezenas de outros prisioneiros políticos, que tinham como seu órgão máximo, um coletivo, sem qualquer direção formal e cujas decisões eram executadas pela maioria, sem que nunca tenha havido, a exemplo de várias outras cadeias onde existiam presos políticos, qualquer dissensão.

Não é certo que a sua maior emoção na cadeia tenha sido a sua condenação à morte, em março de 1971. Cuidar de companheiros, como Wesley Macedo e Vanderlan Bonfim, que tiveram distúrbios mentais, talvez tenha sido muito mais duro. Nove anos constituem um tempo muito grande, suficiente para criar laços indestrutíveis. Da "Lemos Brito", Theo nunca esquecerá, tanto pelo sofrimento, pelas cicatrizes que inevitavelmente deixou, quanto pela profunda amizade que sedimentou. Cantará vida a fora, o hino dos presos da "Lemos Brito", mesmo que eventualmente, em alguns aspectos, ele esteja defasado no tempo:

“Nos quartéis cruéis da ditadura  
Não se rompe nosso elo solidário  
Sempre existe aceso em nosso peito  
a criação do partido proletário  
Companheiros camponeses, operários  
A vitória pela luta nascerá  
A bandeira pelo povo levantada  
Linda bandeira do exército popular

Nossos gritos saem das grades para as ruas  
num recado a todo o povo brasileiro  
essa batalha é geral dos oprimidos  
e pela morte dos trustes estrangeiros”

## DOIS DEPOIMENTOS

NOVEMBRO DE 1979

### I

Theodomiro iniciou sua militância política aos 17 anos de idade em Natal-RN, atuando no movimento secundarista como presidente do diretório estudantil do Colégio Marista. Talvez por ser de um colégio considerado de "elite" para os padrões do Rio Grande do Norte, não era dos mais visados pela repressão naquele período. Com o advento do Ato Institucional n.º 5, Théo aproveita esse pouco interesse da repressão pela sua pessoa para cumprir importante papel na salvaguarda dos demais líderes estudantis que, por conta das perseguições, passaram à clandestinidade.

Depois resolveu mudar-se para a Bahia onde viria, novamente no colégio dos Maristas a concluir o curso secundário em 1969.

A essa altura eu já era militante clandestino em Pernambuco e fui transferido para a Bahia para, junto com os militantes daqui, iniciar, a partir de um pequeno núcleo, o processo de construção do PCBR em Salvador.

Meu primeiro encontro com Théo ocorreu no Cristo da Barra, usando ambos nomes falsos, e nossa conversa girou sobre os temas mais ou menos comuns na época, tais como possíveis contactos com militantes dispersos, traba-

lhos de massa e de propaganda realizáveis a curto prazo, linha política da organização - etc. Nos nove meses que se seguiram até a nossa prisão em 27 de outubro de 1970, devido ao reduzido número de pessoas envolvidas no processo de construção da organização, os nossos encontros passaram a ser muito frequentes e naturalmente fomos nos tornando parceiros em quase todas as tarefas práticas que foram realizadas pelo PCBR aqui em Salvador.

De todos os novos militantes, Théo foi indiscutivelmente o que mais se integrou no trabalho prático e mais cresceu politicamente naquele curto espaço de tempo. As circunstâncias de nossa prisão são conhecidas e acredito que seria repetitivo descrevê-las aqui.

## II

Devo ressaltar, porém, que o crescimento político de Théo naquele momento não significa que ele tivesse se tornado um militante político perfeito. O curto espaço de tempo, o tipo de trabalho que desenvolvíamos, aliado às debilidades políticas e orgânicas do PCBR eram fatores que limitavam o seu crescimento.

Não havia muita preparação para o enfrentamento da tortura. Isso nos levava a ter algumas ilusões e Théo, como não poderia deixar de ser, teve as suas. Uma delas foi a de que o processo de tortura seria limitado a poucos dias. Lembro-me que na madrugada do segundo para o terceiro dia de prisão — período em que ficamos isolados e submetidos a tortura na Polícia Federal (o superintendente na época era Cel. Luiz Arthur de Carvalho) — nos reencontramos semi-despidos e ensanguentados, praticamente sem conseguir andar, dentro do camburão que nos levaria ao Forte de Barbalho. Fechada a porta, Théo abriu-se numa gargalhada silenciosa e, quando lhe perguntei de

que estava rindo, a resposta que me deu foi a mais clara demonstração do nosso despreparo: “Negão, a gente não falou nada!” Eu lhe disse, então, que com certeza as torturas continuariam (o que ocorreu nas dependências da Polícia do Exército, comandada na época pelo Capitão Hemetério Chaves) e quase senti remorso ao ver apagar-se em seu rosto a ilusão de que os demais companheiros já estavam a salvo.

Como esse não é um depoimento específico sobre as torturas que sofremos, acho importante destacar apenas mais um aspecto do comportamento político do companheiro nesse período: apesar de ambos termos tido deficiências de comportamento sob a tortura, durante os 12 dias que ela durou, apesar da insistência dos torturadores, em nenhum momento conseguiram fazer com que Théo concordasse em me implicar no seu ato de resistência ao sequestro-prisão.

### III

A repressão política, porém, tem seus próprios critérios (quase nunca legais e sempre ilegítimos) e nos processaram a ambos. Isso me permitiu acompanhar mais uma vez, muito de perto, o comportamento político de Théo. Ressalto a altivez do companheiro diante do tribunal de exceção, levando a que — na audiência de depoimento — o promotor abandonasse várias vezes a sala em manifestações históricas, gritando frases tais como: “Devia ter sido morto”, “Vem aqui falar em tortura!”, “Isso é porque apanhou pouco” — etc.

Devido à comida estragada que frequentemente era servida na penitenciária naquele tempo, Théo foi vítima de uma crise de fígado desde o dia anterior ao marcado para o julgamento. Sem receber nenhum tratamento, usou o direito que tem qualquer acusado de não assistir ao

juízo, o que motivou o mesmo procurador militar (“fiscal da lei”?) não a solicitar que fosse internado para receber o tratamento devido, mas a pleitear que, mesmo sentindo intensas dores, permanecesse na sala (o que não conseguiu). Se ficasse, ouviria do promotor Antonio Brandão Andrade, baboseiras tais como “a lei de segurança é o meu catecismo”, pedir pena de morte para os que “pecaram” contra a fé lá dele e fazer pose para os flashes da imprensa...

Nesse dia recebemos uma das grandes manifestações de solidariedade dos presos comuns (nessa época éramos proibidos de ter acesso a qualquer tipo de informação: rádio, tv, jornais, revistas, etc). Eles ligaram, ao mesmo tempo, no mais alto volume, todos os rádios do presídio que àquela hora noticiava a primeira condenação à morte de nossa história republicana.

#### IV

A condenação à morte não alterou, absolutamente nada, o comportamento emocional nem político de Théo. Acredito que tenha sido essa uma das mais expressivas derrotas políticas que o companheiro pessoalmente tenha conseguido impor, se não ao regime como um todo, pelo menos aos ditadores de província que o condenaram.

Não acredito que nesse depoimento coubesse um relato amplo sobre a dureza da prisão, pois ela é perfeitamente imaginável para qualquer pessoa. Vale porém, destacar o comportamento profundamente político que teve Théo durante esses quase nove anos. Embora o coletivo de presos políticos da Bahia não tenha abrigado muitas distorções de comportamento, o fato de Théo ter permanecido mais tempo do que a centena de outros presos políticos que por lá passaram, fez dele um ponto de referência em que sempre puderam se apoiar aqueles que chegavam na prisão pela primeira vez.

Nem a repressão, com todos os seus subterfúgios e violências, conseguiu, em momento algum, que Théo se despreocupasse dos outros companheiros, que deixasse de se solidarizar — correndo todos os riscos — com aqueles que dentro e fora das prisões, continuaram a luta contra a ditadura. Outro ponto a destacar é que, embora entre os presos políticos Théo tenha sido efetivamente uma das expressões máximas da luta contra o regime, não há registro de nenhuma atitude por parte dele que pudesse transparecer vaidade ou pretensão a privilégios.

Esse comportamento de militante revolucionário, a sua firmeza ideológica e a clareza política que adquiriu através do aprofundamento do estudo, ficam claramente demonstrados no ato de buscar a liberdade. Foi uma atitude ousada de quem, analisando corretamente a conjuntura política, teve a clareza de poder demonstrar num gesto, toda a mesquinhez da anistia capenga proposta pelo General Batista. O regime é que teve que explicar a atitude de Theodomiro, embora tivesse ainda ensaiado algum tipo de perseguição aos demais presos e alguns visitantes.

Penso que ninguém pode pretender ter a receita de como se formar um militante da luta pelo socialismo. Porém, poucos tiveram o privilégio de acompanhar tão de perto o processo de amadurecimento político de uma pessoa que, com 27 anos de idade e sob as piores condições, tenha adquirido o valor humano, político e revolucionário de Theodomiro. E aqui não me preocupa o fato de não parecer isento. Lamento apenas que esse nosso afastamento necessário possa nos levar a trilhar opções políticas diversas (nunca antagônicas, tenho certeza). Caso isso ocorra, faço votos para que nossos caminhos políticos se cruzem o mais rapidamente possível para que ainda possamos fazer juntos algo muito mais significativo do que trocar um grande abraço.

Paulo Pontes (\*)

(\*) Paulo Pontes é estudante de economia da Universidade Federal da Bahia.

## II

Théo foi preso com dezoito anos de idade. Este fato, repetido com impressionante frequência pela imprensa, talvez não seja devidamente medido. Mesmo nós, seus companheiros de prisão, provavelmente não alcançamos o que seja ter sido preso tão novo. Ou até Théo, quem sabe, tenha dificuldade prá pensar como ele sentiu a prisão naquela idade.

Preso de modo violento e sem quaisquer das formalidades previstas pela legislação burguesa, Théo, naturalmente, reage à prisão e com isso morre um dos que o tentavam prender. Reagir, naquele momento, era quase que parte de um instinto de conservação diante de uma ditadura que prendia, torturava e matava sem contemplação.

Do dia 23 de novembro de 1970 até o dia 23 de setembro de 1974 convivi com Theodomiro, no Quartel do Barbalho, onde se torturava, e na Penitenciária "Lemos Brito", onde se cumpria pena. Ali vi Théo enfrentar o regime, durante anos a fio, com uma valentia e uma dignidade dignas de um revolucionário experimentado e profundamente consciente daquilo que defende.

No mínimo, profundamente consciente de que deveria permanecer ao lado dos explorados. Ali ele amadureceu muito. Qualquer dos companheiros que com ele tenha convivido percebeu isso. Um amadurecimento dolorido talvez, feito sob a pressão das celas exíguas, do espaço delimitado, do cinzento monótono da "Lemos Brito".

É certo que a vida na prisão o ensinou. Mais certo ainda é que a convivência com dezenas de outros companheiros, de tendências variadas, o fez amadurecer, humana e politicamente. Sua estadia na prisão foi plena de coerência: em nenhum momento transigiu com o regime pelo qual foi preso e contra o qual sempre se manteve como certamente se mantém, intransigentemente.

Nem nos momentos mais difíceis, quando as pressões

contra ele eram enormes, quando o Estado, e toda a sua terrível máquina repressiva, contra ele se levantava, tentando evitar o seu livramento condicional, Théo transigia. Ao contrário, denunciava, na linha das mais ricas heranças revolucionárias, nacionais e internacionais. Que sofria, devia sofrer. Mas, sempre soube combater, como sempre saberá.

Pelos amigos sempre teve um carinho imenso. Calado, mais para o introspectivo do que para o extrovertido, suas brincadeiras tinham limites que naturalmente eram por ele impostas. Mas, era amigo de uma lealdade cujos limites não eram possíveis de se divisar. Comigo, passou mais de uma noite ministrando analgésicos para aliviar a dor de uma otite externa, que acabou resultado numa greve de fome do dia 21 de abril de 1974 ao dia 1.º de maio de 1974.

Nunca senti em Théo qualquer ponta de orgulho ou de auto-suficiência. Afinal, isso era fácil. O fato de ter resistido a tudo, ter sido objeto de uma campanha internacional para evitar a sua condenação à morte, tudo isso deu-lhe uma celebridade que ultrapassava as fronteiras baianas e brasileiras. Mas, ele tinha, ao contrário, uma razoável consciência de suas limitações. Talvez, interiormente, pudesse repetir, com Gramsci, de quem era leitor assíduo, que não pretendia ser vítima, nem herói, mas apenas um homem comum com convicções profundas.

Mas, nada imutáveis. Melhor, imutável apenas era a sua perspectiva de lutar por uma sociedade mais justa, sem exploradores, onde os que hoje estão em baixo mandassem. De resto, modificou bastante a sua visão do Brasil, fruto do estudo e, também, da convivência com outros companheiros.

Na prisão, não precisava mais que outros fizessem a "exegese" dos clássicos. Vai, ele mesmo, procurar entender o que é o marxismo, buscando nos próprios textos de Marx, compreender a dialética e o materialismo histórico. Na

verdade, ousou dizer isto, formou-se como marxista dentro da prisão. Conheceu Marx, Engels e Lenin ali no limitado espaço da galeria F, na "Lemos Brito", uma galeria que desde 69, ficou reservada aos prisioneiros políticos, ou aos "terroristas", como indistintamente preferia denominar a ditadura.

E não ficou na leitura dos clássicos. Também embebedou-se de Brasil. Escapou do dogmatismo das fórmulas prontas e foi estudar, sem preconceitos e apenas com um compromisso: conhecer a realidade para transformar revolucionariamente a sociedade em que vivia. Quando foi preso, a grosso modo, mantinha-se dentro dos esquemas defendidos desde a época da III Internacional Comunista, entendendo o Brasil como um país relativamente atrasado e que ainda deveria passar por uma etapa democrático-popular, muito embora começasse a admitir algumas modificações importantes no capitalismo brasileiro, sem, contudo, tirar consequências mais profundas.

Mantinha, dessa maneira, a tese de uma aliança policlassista, onde a burguesia nacional ainda teria um papel a cumprir nessa chamada etapa democrático-popular da revolução brasileira. Na verdade, no plano estritamente teórico, não conseguia ultrapassar as concepções reformistas, que ainda permeavam o pensamento de muitos que acreditavam ter efetivamente rompido com a ilusão de uma aliança com a burguesia nacional.

O rompimento com essa concepção se deu especialmente na forma de luta, e de modo equivocado. Embora no plano teórico, defendesse o que se convencionou chamar de "guerra popular", na verdade, a sua prática, até cair, estava muito mais próxima dos esquemas debrayistas — o foco guerrilheiro, a ação isolada de grupos tecnicamente bem preparados — do que da experiência chinesa, um e outro, aliás, impossíveis de serem "copiados".

Todo esse esquema ruiu com o estudo e a convivência com os companheiros. Na "Lemos Brito", Théo com-

preendeu o Brasil como um país nitidamente capitalista, a exigir transformações muito mais profundas do que as carcomidas teses da década de 30, quando se acreditavam necessárias "revoluções democrático-burguesas" na América Latina, numa generalização tão errada quanto prejudicial ao movimento revolucionário da América Latina.

E passou a defender a revolução socialista.

Mas, essas novas concepções não o tornaram um repetidor de fórmulas ou um doutrinário. Compreender que a contradição principal da sociedade brasileira é aquela que opõe os trabalhadores e a burguesia — nacional e internacional — não o levou a desconhecer o estágio em que se encontrava a luta de classes e o nível de consciência das massas populares no Brasil.

Assim, superou, também, a concepção de voto nulo ou de negação da luta pelas liberdades democráticas. Até porque aqueles que passaram anos na prisão, a par das formulações teóricas, sentiram a importância dos parlamentares mais dedicados à causa popular, pois muitas vezes precisaram da sua presença nas duras condições de uma ditadura terrorista como foi a de Médici.

Foram nove anos de prisão, que conseguiram torná-lo maduro e com novas concepções. A dureza desses nove anos, e o sofrimento que sem dúvida causam, entretanto, não abateram a sua impressionante fibra revolucionária. Tenho certeza de que Théo não acredita hoje em quaisquer processos revolucionários no Brasil que não sejam baseados na ampla mobilização das massas e a sua fuga da prisão não deve ser entendida como qualquer mudança quanto a este princípio.

A fuga foi apenas a demonstração de que o seu vigor revolucionário continuava de pé. Afinal, os últimos meses foram um desfiar de provocações, de provas de que o regime não pretendia soltá-lo, não importa se por pressões

de “bolsões de direita” ou se por qualquer outro motivo palaciano. Esse era um fato. A anistia aleijada do governo não o alcançaria. Esperar o que? Mais uma vez, a herança revolucionária presente: buscar a liberdade por suas próprias mãos, confiando que o povo o faria regressar à sua nação, um dia. Ele, Bruno e Fernando Augusto, seus filhos, e sua mulher, Maria Conceição. Cedo, cedo Théo estará novamente entre nós.

Emiliano José (\*)

(\*) Emiliano José é jornalista.

# ÍNDICE

O AUTOR .....	7
APRESENTAÇÃO	
Theodomiro: A Verdade sob o Mito .....	9
NOTA DO AUTOR .....	15
MANIFESTO À NAÇÃO .....	17
DA PRISÃO À NUNCIATURA .....	21
A CARTA DE HAROLDO .....	31
A CARTA DE THÉO .....	37
PORQUE FUGIR? .....	43
ENCONTRO COM THÉO	
(última entrevista na prisão) .....	51
NOVE ANOS DE PRISÃO .....	69
UM ADVOGADO FRACASSADO .....	75
DOIS DEPOIMENTOS .....	79

# LEIA

## COLEÇÃO BASES

- **John Reed**  
DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, (6a. edição)
- **Maiakovsky**  
POÉTICA – COMO FAZER VERSOS, (2a. edição)
- **Karl Marx**  
A ORIGEM DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, (4a. edição)
- **Marta Harnecker**  
O CAPITAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS
- **Marx/Turgot**  
TEORIAS DAS MAIS-VALIA: OS FISIOCRATAS
- **Alexandra Kollontai**  
A NOVA MULHER E A MORAL SEXUAL, (2a. edição)
- **Wilhelm Reich**  
PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL
- **Lenin**  
AS TRÊS FONTES E AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO  
MARXISMO, (2a. edição)
- **Stalin**  
MATERIALISMO DIALÉTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO, (2a.  
edição)
- **Lenin**  
COMO ILUDIR O POVO, (2a. edição)
- **Marx**  
DIFERENÇA ENTRE AS FILOSOFIAS DA NATUREZA EM DEMÓ-  
CRITO E EPICURO
- **Engels**  
DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO
- **Trotsky**  
AS LIÇÕES DE OUTUBRO
- **Kropotkin/Bakunin/Malatesta/Engels**  
O ANARQUISMO E A DEMOCRACIA BURGUESA
- **Marx/Engels**  
SOBRE LITERATURA E ARTE
- **Althusser/Badiou**  
MATERIALISMO HISTÓRICO E MATERIALISMO DIALÉTICO
- **Amin/Bettelheim/Emmanuel/Palloix**  
IMPERIALISMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL
- **Eric Hobsbawm**  
AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL
- **Marx/Engels/Lenin**  
SOBRE A MULHER

- **Samora Machel/A. Kollontai/Vito Kapo e outros**  
A LIBERTAÇÃO DA MULHER
- **Sweezy/Marx**  
PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
- **Bakunin**  
O SOCIALISMO LIBERTÁRIO
- **Lenin**  
IMPERIALISMO FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO
- **Kautsky**  
AS TRÊS FONTES DO MARXISMO
- **Marx/Adam Smith**  
TEORIAS DA MAIS-VALIA: ADAM SMITH E "A RIQUEZA DAS NAÇÕES"
- **Alexandra Kollontai**  
OPOSIÇÃO OPERÁRIA
- **Trotsky**  
A REVOLUÇÃO TRAÍDA
- **Marx**  
TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL
- **Jaime Pinsky**  
100 TEXTOS DE HISTÓRIA ANTIGA
- **Marx**  
SALÁRIO: PREÇO E LUCRO

coleção

*Passado &  
Presente*

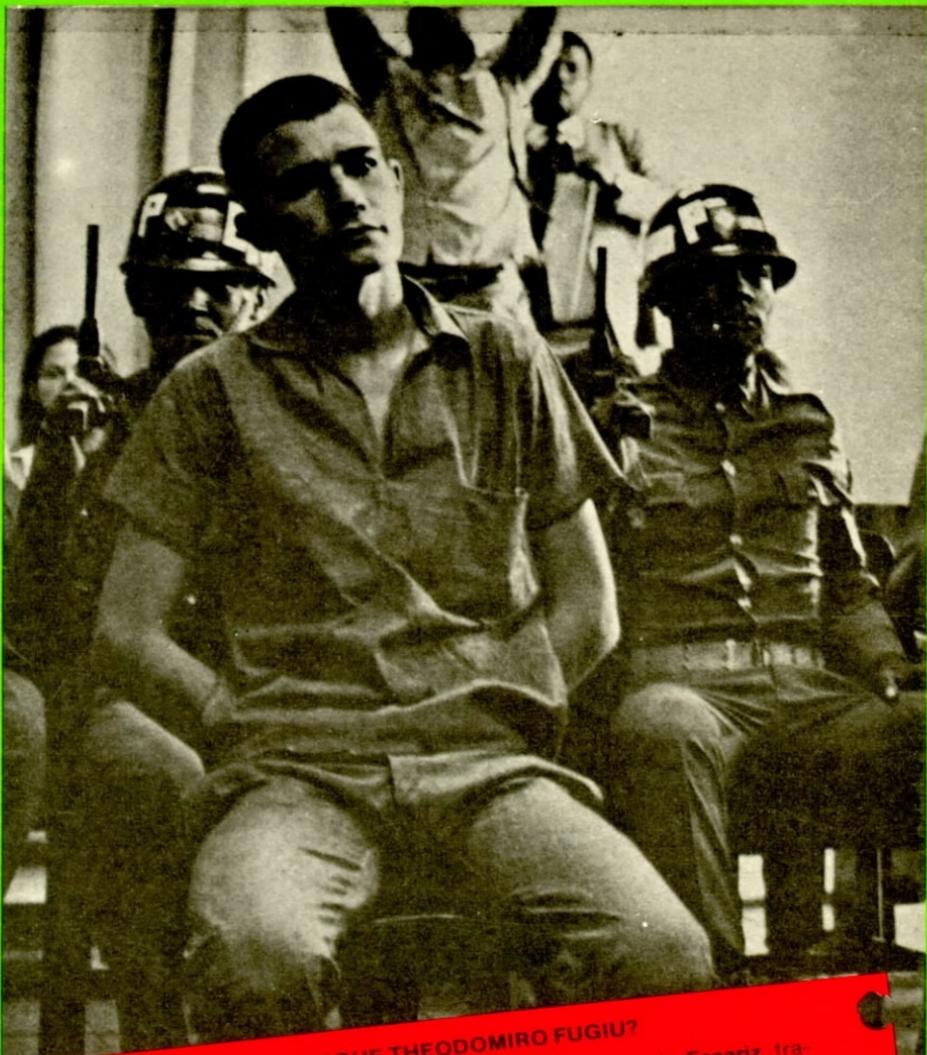
- 1 - **Fernando Jordão**  
DOSSIÊ HERZOG: PRISÃO, TORTURA E MORTE NO BRASIL,  
(3a. edição)
- 2 - **Fernando Portela**  
GUERRA DE GUERRILHAS NO BRASIL, (3a. edição)
- 3 - **Fals Borda**  
AS REVOLUÇÕES INACABADAS NA AMÉRICA LATINA
- 4 - **Paulo Schilling**  
O EXPANSIONISMO BRASILEIRO
- 5 - **Domingo Laino**  
PARAGUAI: FRONTEIRAS E PENETRAÇÃO BRASILEIRA
- 6 - **Jean - Claude Bernardet**  
GUERRA CAMPONESA NO CONTESTADO
- 7 - **Leon Pommer**  
A GUERRA DO PARAGUAI - A GRANDE TRAGÉDIA RIOPLATENSE
- 8 - **Antonio Carlos Fon**  
TORTURA: A HISTÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO BRASIL,  
(4a. edição)
- 9 - **Neiva Moreira/Beatriz Bissio**  
OS CUBANOS NA ÁFRICA
- 10 - **Fidel Castro**  
O HOMEM NOVO E A NOVA MULHER EM CUBA, (2a. edição)
- 11 - **Paço Schilling**  
COMO SE COLOCA A DIREITA NO PODER  
VOL. I - OS PROTAGONISTAS
- 12 - **Paulo Schilling**  
COMO SE COLOCA A DIREITA NO PODER  
VOL. II - OS ACONTECIMENTOS
- 13 - **Percival de Souza**  
A REVOLUÇÃO DOS LOUCOS
- 14 - **Paolo Marconi**  
CENSURA POLÍTICA NA IMPRENSA BRASILEIRA - 1968/78
- 15 - **Marta Harnecker**  
CUBA: DEMOCRACIA OU DITADURA?

NAS LIVRARIAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL PEDIDOS À:

**global editora**



*Impresso nas oficinas da*  
EDITORA PARMA LTDA.  
Telefones: 66-3095 — 826-4973  
Rua da Várzea, 394  
São Paulo — Brasil



### PORQUE THEODOMIRO FUGIU?

Impressionante livro-verdade do repórter **Fernando Escariz**, trazendo em toda a sua crueza, a verdade duramente vivida de Theodomiro na sua trajetória de militante político, as torturas e sevícias nos cárceres da Bahia ate, enfim, a sua fuga da prisão para a Nunciatura e posterior auto-exílio na Europa, fatos que a Grande Imprensa não teve a suficiente coragem de levar ao Grande Público e que agora a Global Editora oferece a consciência nacional

Global Editora

Passado &  
Presente 16